UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS EM PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO: O LÚDICO COMO RECURSO PARA A APRENDIZAGEM

PATRICIA DE OLIVEIRA FREIRE

Brasília
Universidade de Brasília
2011

PATRICIA DE OLIVEIRA FREIRE

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS EM PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO: O LÚDICO COMO RECURSO PARA A APRENDIZAGEM

Trabalho Final de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob orientação da professora Esp. Carla Castelar Queiroz de Castro.

Comissão Examinadora:

Profa. Esp. Carla Castelar Queiroz de Castro (orientadora)
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Profa. Dra. Cristina Massot Madeira Coelho (examinadora)
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Prof. Mestre Bianor Domingues Barra Junior (examinador)
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Brasília, dezembro de 2011

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS EM PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO: O LÚDICO COMO RECURSO PARA A APRENDIZAGEM

PATRICIA DE OLIVEIRA FREIRE

Comissão Examinadora:

_____

Profa. Esp. Carla Castelar Queiroz de Castro (orientadora)
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

_____

Profa. Dra. Cristina Massot Madeira Coelho (examinadora)
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

_____

Prof. Mestre Bianor Domingues Barra Junior (examinador)
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Brasília, dezembro de 2011

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus e a Virgem Maria que desde o início da minha vida me acompanham iluminando meus caminhos, dando força e sabedoria nos momentos de dificuldades e proporcionando muitas felicidades pelas vitórias conquistadas a cada dia.

Aos meus pais, Manoel e Elza, juntamente com as minhas irmãs Olivia e Vanessa que caminharam ao meu lado e sempre acreditaram em mim e no meu sucesso. Aos queridos pais que fizeram que com os seus exemplos de força e coragem, sacrifícios e renúncias não deixassem o desânimo me deter.

Ao meu amor, Danilo Dimas, que apoiando mesmo na distância minha caminhada, ajudou-me nos momentos mais difíceis com muita compreensão e carinho. Tornando-se sempre presente em meu coração.

À minha professora orientadora, Carla Castro, que exercendo também o papel de amiga ajudou-me e compreendeu minhas dificuldades e medos tornando-se essencial para minha formação de forma completa por seu potencial profissional que tanto admiro.

Em especial ainda a minha amiga de curso Virgínia Guimaraes que me acompanhou e apoiou de forma maravilhosa no compartilhar de fases essenciais para minha formação.

À banca, que escolhida com muito carinho, contribuiu consideravelmente na minha formação pessoal e acadêmica com as contribuições apresentadas ao meu trabalho.

Venho demonstrar ainda, meu agradecimento e reconhecimento pelas pessoas que muito me ajudaram na elaboração desse trabalho e superação no decorrer do meu processo educativo. Por cada olhar compreensivo, palavras de incentivo, conforto e aprendizado. Para todos...

O Meu Muito obrigado!

Dedicatória

Dedico esse trabalho a todos que fizeram parte da minha trajetória no curso de Pedagogia e aos que, comigo, darão continuidade ao processo de transformação social através da educação.

BANCO DE SIGLAS

AIPPD – Ano internacional das pessoas portadoras de deficiência

BIA – Bloco Inicial de Alfabetização

CEF 03 – Centro de Ensino Fundamental 03

CNE – Conselho Nacional de Educação

DA – Deficiência Auditiva

DF – Distrito Federal

DM – Deficiência Mental

DV – Deficiência Visual

EVA – Ethil Vinil Acetat (Etileno Acetato de Vinela)

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LIBRAS – Linguagem Brasileira de Sinais

MEC – Ministério da Educação

NEE – Necessidades Educacionais Especiais

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PAS – Programa de Avaliação Seriada

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PNEE – Portador de Necessidades Educacionais Especiais

PPP – Projeto Político Pedagógico

PROFA – Programa de Formação de Professores Alfabetizadores

QI – Quoeficiente de Inteligência

SACI – Solidariedade, Apoio, Comunicação e Informação

SEE/DF – Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

SEESP – Secretaria de Educação Especial

SOE – Serviço de Orientação Educacional

UNB – Universidade de Brasília

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação)

SUMÁRIO

Resumo ----------10
Abstract ----------11
Parte I
Memorial Educativo ----------12
Parte II
Introdução ----------19
Capítulo I – Da inclusão social à inclusão Escolar
1.1 Histórico da inclusão ----------20
1.2 Legislação para a inclusão ----------25
1.2.1 redes de apoio à Educação Inclusiva ----------34
1.2.2 Salas de recursos nas escolas ----------36
1.2.3 Necessidades Educacionais Especiais ----------38
Capítulo II – A importância do lúdico para a inclusão no processo de alfabetização
2.1 Ludicidade ----------41
2.1.1 Atividades Lúdicas ----------45
2.1.2 Brincar e aprender ----------48
2.1.3 O lúdico e a Inclusão ----------50
2.2 Processo de Alfabetização ----------52
2.2.1 O lúdico no processo de alfabetização ----------57
2.3 Afetividade na Educação Inclusiva ----------59
Capítulo III – Metodologia
3.1 Caracterização do local de pesquisa ----------63
3.2 Instrumentos de pesquisa ----------67
3.3 Observações ----------70
3.4 Aplicação de atividades lúdicas na turma ----------78

Capítulo IV- Análise dos dados e discussão dos resultados
4.1 Entrevistas ----------82

4.2 Análises----------83
4.2.1 formação dos profissionais entrevistados ----------83
4.2.2 inclusão ----------84
4.2.3 ludicidade ----------86
4.2.4 processo de alfabetização ----------87
4.2.5 afetividade ----------88
Considerações Finais ----------90

Parte III
Perspectivas Profissionais ----------95
Referências Bibliográficas ----------96
Anexos ----------99
Anexo A ----------99
Anexo B ----------108

FREIRE, Patricia de Oliveira. A inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais em processo de alfabetização: o lúdico como recurso para a aprendizagem. Brasília, DF. Universidade de Brasília / Faculdade de Educação (Trabalho Final de Curso), 2011.

RESUMO

O presente trabalho caracteriza-se como um estudo qualitativo, cujo tema de investigação tem como título *A inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais em processo de alfabetização: o lúdico como recurso para a aprendizagem.* Foi estabelecido como objetivo geral analisar como ocorre o processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em salas inclusivas de alfabetização, atual 1º ano do ensino fundamental considerando a lúdico como recurso facilitador dentre outros aspectos relacionados à aprendizagem. Foi desenvolvido o diálogo entre autores relacionados a cada subitem com a intenção de confirmação de uma relação entre os temas trabalhados e uma possível prática pedagógica que alcance os educandos em suas variadas necessidades objetivando uma aprendizagem significativa. A relação dos envolvidos neste processo se faz necessária para um diálogo e trabalho contínuo. O lúdico se faz necessário para alcançar uma aprendizagem significativa para os alunos com necessidades educacionais especiais e os demais alunos por ser a forma mais prazerosa de aprender e desenvolver uma relação teoria/prática no cotidiano de sala de aula em processo de alfabetização. O brincar é necessidade primária do ser humano tornando-se indispensável sua pratica na escola como fator que facilita a aprendizagem.

Palavras-Chave: Inclusão, Necessidades Educacionais Especiais, Processo de alfabetização, Lúdico.

FREIRE, Patricia de Oliveira. A inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais em processo de alfabetização: o lúdico como recurso para a aprendizagem. Brasília, DF. Universidade de Brasília / Faculdade de Educação (Trabalho Final de Curso), 2011.

ABSTRACT

This work is characterized as a qualitative study, whose research topic is entitled *The inclusion of children with special educational needs in literacy process: the playful as a resource for learning*. It was established as a general objective to analyze how the process of inclusion of students with special educational needs in inclusive classrooms literacy, currently a first year of basic education, considering the playful as a resource facilitator and other aspects related to learning. It was developed dialogue between authors related to each subtopic, with the intention of confirming a relationship between the themes discussed and a pedagogical practice that can reach learners in their diverse needs, aiming at a significant learning. The relationship of those involved in this process is necessary for a dialogue and work in progress. The playfulis necessary to achieve a meaningful learning for students with special educational needs and other students to be the most enjoyable to learn, and develop a theory/practice relationship in the daily classroom literacy process. The play is primary need of human, becoming essential practice in the school as a factor that facilitates learning.

Keywords: Inclusion, Special Educational Needs, Process literacy, Playful.

MEMORIAL EDUCATIVO

Como é difícil falar de nós mesmos, relembrar a infância e as etapas que passamos até chegar à Universidade. Esse é um exercício que requer muita memória e sensibilidade, pois se constitui em uma busca por nós mesmos, envolvendo uma retrospectiva de acontecimentos que não costumamos fazer no decorrer da vida. O curso de Pedagogia consiste em uma formação que liga o conteúdo à formação pessoal, descobri aqui que o desenvolvimento pessoal é nosso primeiro foco no desenvolvimento integral do ser humano. Durante o curso, desenvolvi atividades que me ajudarão na elaboração deste memorial.

Meu nome é Patricia de Oliveira Freire. Nasci em Brasília no dia 11 de dezembro de 1989. Filha de Manoel Rodrigues Freire e Antonia Elza Vieira de Oliveira ambos nordestinos migrantes. Vieram para Brasília, como muitos, em busca de melhores condições de vida.

A grande contribuinte para a minha formação escolar e pessoal foi, sem dúvida, minha família. Meus pais, mais especificamente, foram primordiais para que eu me preparasse para as surpresas que o mundo podia me apresentar com os diversos atos simples de “heroísmo” que poderia realizar a partir da observação de suas vivências e ações com que tratava os obstáculos da vida. Ensinaram-me para a vida e deram-me grandes exemplos para seguir durante toda a minha existência. Foram aprendizados para a vida física e espiritual.

Como não tiveram a oportunidade de estudar e sentiram na pele a sua importância fizeram um grande esforço para me oferecer a oportunidade de melhoria, desde cedo me proporcionaram o acesso à escola o que também facilitaria para que eles pudessem trabalhar.

Ingressei, aos quatro anos de idade, em uma escolinha perto da minha casa (morava na cidade chamada Jardim Ingá, no Goiás) que oferecia a pré-escola. Lá tive os primeiros contatos com as regras e demais relações sociais necessárias ao convívio saudável com as demais crianças e professora. Relacionava-me bem apesar de ser bastante tímida. Aprendi as letras, as cores e diversas formas de brincar. O brincar surgiu na minha vida de forma bem

prazerosa e livre. Era um ambiente muito acolhedor, gostava de frequentar e não tive problemas de querer ir à escola.

Ao terminar as fases do jardim, passei para a 1ª série em uma escola municipal, o horário era curioso para mim (intermediário- das 10:00h às 15:00h, pois as escolas municipais estavam oferecendo aulas no horário de almoço e aos sábados por falta de espaço físico que atendesse todos os estudantes daquela região) e não me adaptei bem a dinâmica da escola. Surgiu então a necessidade de mudar de escola para uma que era mais perto do trabalho da minha mãe, aqui em Brasília. Então fiz uma prova para diagnosticar o nível de alfabetização em que me encontrava, pratica que hoje em dia é determinada pela idade, não houve problemas. Mudei de escola no meio do ano, foi complicada a adaptação, a professora era “carrasca” e eu tinha medo dela, fato que muito me assusta hoje em dia por ter uma visão diferenciada das práticas pedagógica e dos tipos de traumas que podem causar nas crianças em uma fase de tamanha adaptação e descobertas da linguagem oral e escrita principalmente. Superei as dificuldades e me saí super bem na escola nova e com os colegas novos.

Continuei nessa escola, Escola Classe 102 Sul, até o término da 4ª série que era o nível abordado por ela. Fiquei com o coração apertado quando tive que sair e me separar da maioria dos meus amigos e deixar uma escola que considero muitíssimo boa por sua pratica pedagógica somada a valores cívicos e morais trabalhados em sua atuação. Foi lá que tive o primeiro contato com a inclusão escolar, havia crianças com necessidades educacionais especiais e isso era um fator que me causava estranheza, pois não entendia o porquê que elas eram diferentes, mas foi com a convivência que a escola nos proporcionou conhecer e aceitar as diferenças.

Em uma das experiências vivida em minha infância com outras crianças, que apresentavam dificuldades de aprendizagem, tornou-se marco na minha vida um episodio bastante constrangedor, pois uma colega que apresentava deficiência me puxou para o banheiro da escola pelos cabelos e resolveu lavar os meus cabelos na pia. Não entendia o porquê de ela ter feito aquilo e só aumentava o medo de ficar perto dela. Foi com o passar dos dias que percebi que poderia ajudá-la a conviver melhor com as demais crianças e pus-me a

disposição de ser sua amiga e ajudá-la nos relacionamentos. Deu-se então minha primeira conquista com a inclusão social e escolar.

O ensino fundamental (de 5ª a 8ª série) fiz no CEF 03 de Brasília, lá me deparei com diversas dificuldades por ser adolescente, muitos tinham contato com drogas e relacionamentos amorosos, o que muito me assustava, pois sempre fui quieta. Tive problemas de relacionamento com algumas garotas que simplesmente não iam com a minha cara e diziam que iam me bater, sempre achei horrível essas situações, consegui superar essa fase e construí bons amigos, me relacionava muito bem com os professores e sempre gostei do ambiente escolar. Sentia-me realizada com os aprendizados que adquiria no dia a dia e sempre escutei que teria um ótimo futuro, a partir daí comecei a fazer planos e me preocupar mais com as escolhas futuras, uma escolha profissional.

Ao final do ano de 2004 surgiu a oportunidade de fazer uma prova de bolsa para o ensino médio no Colégio Notre Dame de Brasília, segurei com muito ânimo essa oportunidade e fiz o cursinho que o colégio proporcionou e conectei com o meu estudo independente em casa. Estudei muito e consegui 70% de desconto, não era ainda o suficiente, mas meu pai fez um esforço maior e me matriculou no colégio.

O Ensino médio foi uma fase escolar e pessoal maravilhosa, pois conheci pessoas admiráveis que tenho contato até hoje e obtive aprendizados essenciais para uma formação de excelência. Tive experiências excelentes onde tinha que superar minhas dificuldades quase que diariamente, foi perfeito e não me arrependo de ter lutado tanto todo fim de ano para passar no concurso de bolsas e continuar no colégio.

Houve também a partir daí uma necessidade de escolher uma profissão, a escola foi muito humana, mas preocupada com o futuro e enfatizando que passássemos na UnB. A escolha foi difícil, são muitos os aspectos envolvidos nessa escolha, o que acarretará consequências para o resto da vida. Eu pensava em fazer o curso de nutrição, pelo fato de achar bonita a profissão e acreditar que seria valorizada em termos salariais. Fiz o vestibular no meio do 3º ano e não passei. Então para a nota do PAS decidi escolher a minha segunda opção, Pedagogia, que seria mais fácil de passar. Como uma grande

surpresa, passei. Hoje, já analiso essa trajetória de modo diferenciado, não cheguei a analisar e conhecer os cursos de forma mais abrangente, fato que a Universidade deveria tratar com mais importância, pois muitas pessoas entram com uma visão e não tem essa continuidade, desistindo então do curso escolhido. Comigo, creio que fui agraciada pela minha escolha, pois adquiri com o decorrer do curso experiências que me proporcionaram um crescimento pessoal e profissional, tornando-me uma pessoa mais interada na relação sociedade/ educação o que é imprescindível para a atuação como pedagoga.

Como a Pedagogia era minha segunda opção e foi escolhida a princípio pela nota de corte que era menor, a escolha foi um processo que iniciou ao pensar o porquê desse curso, reportei-me à minha infância e as ótimas experiências daquela época. Em atividades que trabalhavam as profissões sempre me escrevia como professora e desenhava um quadro e giz na mão. Creio que essa escolha tenha sido tomada nesses momentos pelo meu inconsciente. Já estava tudo certo e eu não tinha total ciência disso.

A adaptação na UnB foi muito gostosa, o fato de estar nessa instituição nos oferece um sentimento de conquista muito grande. Entrei com uma grande amiga do ensino médio o que tornou tudo mais divertido. As matérias do 1º semestre têm uma função importantíssima para os calouros, proporciona oportunidades de reconhecimentos de nós mesmos e dos outros, construindo um respeito maior pela sociedade.

A partir do 2º semestre comecei tentar adiantar meu curso, pois não me foi proporcionado, de forma clara, uma apresentação da UnB de configuração mais integral, não esclarecendo as demais interfaces que poderia me ajustar como, os tipos de estudos científicos, pesquisas e extensão. Para mim estava tudo bem claro que a minha passagem pela Universidade seria o período de concluir os créditos e ter em fim minha profissão e um salário mais digno, então, quanto antes melhor. Não peguei as disciplinas no fluxo acadêmico, fiz as disciplinas de acordo com a grade horária o que me fez ficar confusa na direção que iria tomar o meu curso. O intuito a princípio era de acelerar o processo e fazer o máximo de créditos possível, dei prioridade as disciplinas obrigatórias e segui adiante sem muito me preocupar com ordem e interação das disciplinas.

Ainda no 2º semestre, fiz a disciplina chamada “O Educando com Necessidades Educacionais Especiais” onde tive o primeiro contato com as teorias relacionadas à inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais e mais especificamente com a Síndrome de Down, onde tive que me aprofundar para a apresentação de um seminário sobre o livro: “Cadê a síndrome de down que tava aqui?” Foi a partir daí que consegui enxergar com outro olhar as possibilidades de superação da deficiência. Despertou-me então, um olhar mais sensível para as possibilidades e avanços que podem ser alcançados com determinação e estudo. Dando continuidade a essa temática com a disciplina Aprendizagem e desenvolvimento do PNEE no 3º semestre com outras abordagens sobre as necessidades educacionais especiais e a formação do profissional da educação e seu papel frente à diversidade e a partir das premissas educacionais, programas e sistemas de apoio.

Devido à pequena variação de oferta dos projetos por conta dos horários que tinha que conciliar com o estágio remunerado, os que consegui adequar a minha grade horária foram: Filosofia no cinema, onde fiz duas fases do projeto 3 e o Encanto: o lúdico no contexto escolar, que fiz 1 fase do projeto 3, me identifiquei e continuei fazendo as 2 fases do projeto 4. Foram nessas oportunidades que enxerguei o quanto é importante ter a prática na formação do educador. Acho muito válida minhas experiências e aflições, pois cresci muito e me acho preparada a assumir uma sala de aula consciente das dificuldades e alternativas que posso utilizar.

A continuidade dos estudos que me nortearam ao trabalho final de curso foi também acrescido com a experiência no 4º semestre com o projeto 3 “Encanto no aprender- O lúdico no contexto escolar inclusivo” onde tive contato pela primeira vez no curso de pedagogia com questões teórico-prática com a exploração de jogos, brincadeiras, vivências, confecções de materiais o que oportunizou um olhar e uma escuta para aprendizagem da criança por meio da ludicidade. Despertando-me uma aspiração por desenvolver um estudo maior sobre o tema.

Ao realizar o 5º semestre cursei a disciplina Processo de Alfabetização que me proporcionou um vasto aprendizado a partir das experiências obtidas na realização de trabalho de campo e a confecção de um artigo científico,

despertando em mim grande vontade de exercer a função de educadora com competência nesse processo de tanta importância. Juntamente com essa experiência vivencei também a primeira fase do projeto 4 -Práticas Docentes no contexto escolar inclusivo: lúdico do contexto do ensinar e aprender na diversidade escolar- onde pude exercer e avaliar muito da teoria estudada construindo assim minha prática pedagógica.

Para melhor ampliar meus conhecimentos e limitar meu foco de estudo no 6º semestre continuei desenvolvendo a experiência do projeto 4 com uma classe de alfabetização considerada inclusiva onde tinha a presença de uma aluna com síndrome de Down e a partir dessa rica experiência elaborei meu pré- projeto de monografia solicitado pela disciplina de seminário final de curso onde pude conectar as vivencias e orientar melhor meus estudos como estudante de pedagogia e futura pesquisadora de educação.

Como não havia possibilidade de formar ainda no 7º semestre, resolvi por cursar as disciplinas obrigatórias que faltavam juntamente com duas optativas do meu interesse como pesquisadora no âmbito das necessidades educacionais especiais que foram: Avaliação do PNEE e tópicos especiais em linguagem de sinais brasileira- LIBRAS. Essas disciplinas me nortearam quanto à forma de conhecer e compreender as necessidades, construindo assim um saber adequado e sensível para executar uma avaliação e interação de aprendizagens a partir da pratica pedagógica.

Em fim no 8º semestre a necessidade de escrever sobre um tema mais relevante para minha formação, como direcionei meu curso e me encantei pela temática da inclusão, decidi permanecer nessa área e contribuir de forma satisfatória com a construção da minha monografia.

No decorrer do meu curso tive também experiências surpreendentes do cotidiano da escola em meu estágio remunerado no Colégio Le Petit Galois, na catequese da igreja e também do Le Petit, assim como as importantíssimas experiências dos estágios supervisionados na rede pública de ensino do DF. Foram de suma importância para a minha formação e construção de uma consciência do que é lidar com as crianças e ser espelho para elas, a cobrança e a dedicação também me alertou da grande responsabilidade que é apontada a nossa profissão, nada fácil, mas gratificante.

Desde o início deste ano de 2011 venho acompanhando dois alunos com dificuldades de aprendizagem, um tem dislexia e o outro TDAH. O trabalho é realizado em suas casas como um complemento dos estudos escolares, retomo conteúdos não apropriados por eles ainda e ajudo-os na realização dos deveres de casa podendo assim revisar sempre os conteúdos trabalhados. Essa experiência me auxiliou muito no crescimento profissional e consequentemente no aspecto financeiro.

Houve também grandes desafios acadêmicos e pessoais durante a minha trajetória pela pedagogia, como por exemplo, a minha necessidade de trabalhar durante toda a permanência na UnB o que muitas vezes dificultou a meu empenho como estudante acelerando assim o meu desejo de formar o quanto antes. Dificuldades como: a montagem da grade horária, semestres em que tive tripla jornada e ainda a necessidade de conciliar trabalho, estudo, família juntamente com minhas responsabilidades domésticas e a vida social. Adquiri crescimento, superação, responsabilidade e dedicação. Não é impossível conquistar desejos mesmo que no decorrer do caminho seja necessário atravessar obstáculos indispensáveis para um crescimento pleno. É muito feliz que me vejo nessa oportunidade de recapitular fases da minha vida e formação revendo e descobrindo que sou uma vencedora. Desejo continuar superando sempre mais, pois a vida é isso: SUPERAÇÃO E CONQUISTAS!

INTRODUÇÃO

A Inclusão escolar é tema importante a ser discutido na área de educação atualmente. Esse processo se faz necessário pelas grandes transformações que a sociedade enfrentou e as conquistas relacionadas às pessoas com necessidades especiais. Foram com lutas incansáveis que as famílias das pessoas com deficiências inicialmente alcançaram direitos e aceitação por parte da sociedade.

A inclusão é uma inovação, cujo sentido tem sido muito distorcido e um movimento muito polemizado pelos mais diferentes segmentos educacionais e sociais. No entanto, inserir alunos com necessidades de toda ordem, permanentes ou temporários, mais graves ou menos severos no ensino regular nada mais é do que garantir o direito de todos à educação, e assim diz a Constituição.

Por intermédio da ludicidade, o professor deve desenvolver a compreensão do jogo como um dos recursos de aprendizagem e do desenvolvimento humano. Segundo Piaget, "*o jogo é, portanto, sob as suas duas formas essenciais de exercícios sensório motor e de simbolismo, uma assimilação do real à atividade própria*" (1976, p.160). Portanto, os professores devem refletir a importância do jogo e dos demais recursos, que é um tema presente nas pesquisas em educação e oferecer as crianças materiais convenientes para que possam desenvolver suas habilidades através de jogos e brincadeiras.

A aula lúdica é aquela que desafia o aluno e o professor e situa-os como sujeitos do processo pedagógico. A tensão do desejo de saber, a vontade de participar e a alegria da conquista impregnarão todos os momentos da aula. Por isso, é um tema que deve ser tratado pelos professores em sua formação para que possam ter uma maior consciência na importância de proporcionar aulas ludicamente inspiradas que não necessariamente tenha jogos, mas apresente características do brincar, influindo no modo de ensinar do professor, na seleção dos conteúdos, no papel do aluno. Fato imprescindível no processo de alfabetização onde o professor deixa de ser o centro e estar no controle da aprendizagem.

CAPÍTULO I

DA INCLUSÃO SOCIAL À INCLUSÃO ESCOLAR

> "Evoluir é perceber que incluir não é tratar igual, pois as pessoas são diferentes! Alunos diferentes terão oportunidades diferentes, para que o ensino alcance os mesmos objetivos. Incluir é abandonar estereótipos".
> Werneck (1993, p.56)

1.1 Histórico da inclusão

Não se pode falar de inclusão escolar sem antes considerar que a escola é reflexo da sociedade e que estas andam juntas. Para que a escola se torne inclusiva seria interessante uma iniciativa da sociedade, pois os preconceitos encontrados dentro da escola advêm de fatores intrínsecos à ela como os costumes, as crenças e as prioridades apresentadas às crianças desde muito cedo a partir de suas relações cotidianas mais próximas. Porém, não é impossível que esse processo ocorra de forma inversa pois a escola pode sim iniciar um papel importantíssimo para essa transformação social.

Para entendermos a presença de preconceito e discriminação com as pessoas com deficiência na sociedade atual podemos perceber que o processo pelo qual atravessaram no decorrer da historia da humanidade se mostra muito mais difícil quando se fala de uma aceitação e participação dessas pessoas na sociedade nos diversos níveis sociais existentes, como o familiar, econômico, cultural e inclusive o escolar.

Ao analisarmos os acontecimentos históricos observamos que as influências e a cultura de cada povo são regidas pelas suas necessidades, pelo nível de conhecimento de cada época e pelas políticas e leis existentes para explicar as diferentes formas de lidar com as deficiências encontradas. Elas

sempre existiram e sempre vai existir, o que muda são as formas como são enxergadas e a relação estabelecida com elas.

Na idade primitiva como o meio de sobrevivência era a caça e a pesca, com riscos diários de ataques de animais e com o modo de vida nômade, isso agravava ainda mais a não aceitação, já que as pessoas deviam sobreviver por si mesmas, os deficientes eram abandonados nos ambientes inúteis e perigosos para que a sua morte fosse inevitável. Já na idade antiga, essas crianças eram consideradas subumanas, chegavam a ser lançadas do alto de rochedos ou ainda rejeitadas e abandonadas em praças públicas ou campos. Os estudiosos da época viam a prática com coerência e visão de equilíbrio demográfico elitista, principalmente se a mesma fosse dependente economicamente. Desde então, percebemos o valor dado aos fatores econômicos tratados pela sociedade sobrepondo-se aos valores morais.

A partir da difusão do cristianismo, os deficientes eram considerados como seres que possuíam alma, e eliminá-las tornavam-se então um atentado contra os princípios morais e divinos. A igreja começa a acolher essas pessoas em conventos e instituições, quando a deficiência não demonstrava maiores comprometimentos sobrevivia na família. Apesar disso, era muito comum a exposição como palhaços ou atrações em circos. Na época de Lutero diziam que essas pessoas eram seres diabólicos que mereciam castigos para serem purificados.

Durante a Idade Média, a Santa Inquisição foi responsável pela morte de pessoas com deficiência mental entre loucos, adivinhos e hereges, criaram um manual capaz de diagnosticar bruxas e feiticeiros, considerando sinais de malformação física ou mental como uma ligação com o demônio, levando essas pessoas ao sacrifício na fogueira.

Na idade moderna por volta do século XVI dois intelectuais surgiram com a primeira tentativa científica de estudo das pessoas com deficiência e defendiam a possibilidade de tratamento delas. Paracelso, médico e Cardano, filósofo. Paracelso, no seu livro “Sobre as doenças que privam o homem da razão”, foi o primeiro a considerar a deficiência intelectual um problema medico digno de tratamento. Cardano, alem de concordar que a deficiência era um

problema medico, preocupava-se com a educação das pessoas com deficiência intelectual.

No século XVII John Locke revolucionou as doutrinas vigentes, definindo a criança e o “idiota” como *tabula rasa*, expressão latina que tem o sentido de “folha em branco”, ou seja, sem experiências, a deficiência seria eliminada pelo ensino. Locke influenciou Condillac que criou uma teoria que explicava como o conhecimento é adquirido, que mais tarde embasou sua teoria de aquisição de ideias, surgindo daí os eventuais atrasos no desenvolvimento.

O século XIX foi marcado por vários autores como Itard que apresentou o primeiro programa sistemático de educação especial que entendia a idiotia, termo utilizado na época, como insuficiência cultural, Pinel contrariava essa teoria dizendo que a deficiência era fator biológico, essa discordância aponta para um problema que persiste até hoje: a avaliação, pois fatores biológicos e ambientais podem estar presentes em um mesmo diagnóstico, impossibilitando a determinação da origem da deficiência mental.

No mesmo século Edouard Séguin critica a abordagem de Pinel e outros e esquematiza a metodologia da Educação Especial. A hegemonia médica chega ao século XX, com a influência de ideias, começam surgir escolas para crianças com deficiência mental com objetivo de recuperar os “cretinos” e “idiotas” visando autonomia e independência.

Surge então Johann Heirich Pestallozzi, que defende a educação como um direito absoluto de toda criança, inclusive as das classes populares. Para ele a escola deve ser como um lar, base para a formação moral, política e religiosa e todo homem deveria desenvolver uma atividade produtiva e autônoma já que a escola deveria propiciar o desenvolvimento de um em três campos: o conhecer, as habilidades manuais e os valores morais.

Froebel simpatizante com as ideias de Pestallozzi aprofundou os estudos e criou um sistema de Educação Especial com materiais e jogos simples e eficazes, com aspecto lúdico e concreto. Os princípios da sua metodologia foram determinados por três grandes vertentes: a que cada criança tem sua individualidade; a que a criança é mais executiva do que receptiva e a que a educação formal deveria começar antes dos seis anos.

Na primeira década do Século XX surgem as escolas montessorianas para as crianças com deficiências com o princípio de partir do concreto para o abstrato para que aprendam melhor com a experiência direta de procura e descoberta.

Na Europa com a obrigatoriedade da educação em massa, Alfred Binet testou crianças para a formação de classes homogêneas, pois seu objetivo era realizar o diagnostico psicológico da deficiência mental. Esse trabalho foi o ponto de partida para muitos outros testes em particular o Quociente Intelectual (QI).

A humanidade seguiu o caminho da exclusão social do homem. Antigamente, o indivíduo com algum comprometimento era banido da sociedade através da sua eliminação de forma agressiva ou sendo exposto para a sociedade como exemplos de castigos, hoje em dia, este tipo de exposição não é mais praticado, mas é praticada uma exclusão disfarçada que ocorre através de instituições como: cadeias, asilos e tantas outras que foram criadas com este objetivo: segregar o "diferente" da sociedade.

No Brasil se destaca o trabalho de Mazzota (1993 e 1996) que aponta três atitudes sociais que marcaram a história da Educação Especial no tratamento dado as pessoas com deficiência: a marginalização, que caracteriza a descrença e a omissão da sociedade, o assistencialismo, que caracteriza pela descrença e o sentimento de solidariedade e finalmente a educação/reabilitação, que caracteriza uma crença na mudança e atitudes voltadas à organização de serviços educacionais. Demonstrando ao longo do seu estudo que tais atitudes diferentes podem conviver em um mesmo contexto.

A deficiência, apesar da conquista científica, ainda é embasada em expressões que comparam a pessoa humana, tornando a pessoa com deficiência o diferente em seu próprio grupo. Podemos observar que fatos ocorridos ainda na sociedade contemporânea mostram que diferentes concepções a cerca das deficiências são retratadas e que estas refletem na relação entre as pessoas que são consideradas, a partir do senso comum, como seres incapazes e sem direitos, demonstrado com a escassez de oportunidades de desenvolvimento no meio social.

Assim, inclusão está vinculada a todas as pessoas que não tem as mesmas oportunidades. Mas os excluídos da sociedade podem ser também, e na maioria é, os que não possuem condições financeiras dentro dos padrões impostos. Para se amenizar essa situação, existem as leis específicas para cada área, como a das cotas de vagas nas universidades para os negros, e as que tratam da inclusão de pessoas com deficiência na escola e no mercado de trabalho.

O termo inclusão social apresenta-se como um conjunto de meios e ações que combatem a exclusão aos benefícios da vida em sociedade, provocada pela falta de classe social, origem geográfica, educação, idade, presença de deficiência ou preconceitos raciais. Inclusão Social é oferecer aos mais necessitados oportunidades de acesso a bens e serviços, dentro de um sistema que beneficie a todos e não apenas aos mais favorecidos no sistema meritocrático em que vivemos onde é considerado o mérito e as aptidões sobrepondo as demais habilidades. E cada vez fica mais explícita a necessidade de sermos os melhores e sempre procurar nos aperfeiçoar na área que estamos inseridos.

Um problema para as crianças com necessidades especiais é o de estas serem normalmente isoladas do convívio social, não conseguindo uma boa convivência escolar, que impede a troca e mediações essenciais para o desenvolvimento infantil. Com base nisto, nota-se a necessidade de a criança com necessidades não conviver apenas com as crianças consideradas iguais à ela, mas também com as “diferentes”, expandindo as possibilidades de interações interpessoais. (BEYER, 2005, p.1)

Por isso o grande obstáculo para a inclusão está no isolamento que as pessoas com NEE’s vivenciam nos diversos âmbitos sociais, tornando um problema social e ético. Para Vygotski o maior prejuízo em encaminhar estas pessoas para escolas especiais é no âmbito social, pois segundo sua teoria sócio-genética a criança ficaria debilitada quanto às trocas interpsicológicas.

O adjetivo ”inclusivo" deve ser usado quando se busca qualidade para todas as pessoas com ou sem deficiência, onde todos possam gozar das mesmas oportunidades, direitos e deveres como cidadãos. Isso quer dizer que uma sociedade inclusiva respeita e compreende todas as necessidades

individuais como um dever nos mais amplos espaços que a compõe. Então, proponho a seguinte indagação: temos realmente uma sociedade inclusiva?

2.2 Legislação para inclusão

A inclusão social orientou a elaboração de políticas e leis na criação de programas e serviços voltados ao atendimento das necessidades especiais dos deficientes nas últimas décadas. Assim, a sociedade sofreu modificações em suas estruturas e serviços oferecidos, abrindo espaços conforme as necessidades de adaptação específicas para cada pessoa com deficiência a serem capazes de interagir naturalmente na sociedade. Este parâmetro busca não promover a discriminação e a segregação na sociedade. A pessoa com deficiência passa a ser vista pelo seu potencial, suas habilidades e outras inteligências e aptidões.

Segundo Sassaki (1998), a grande dificuldade da inclusão social é a necessidade de reestruturação das escolas para atender a todo tipo de necessidade dos alunos, sejam elas mentais, sensoriais ou físicas, bem como indivíduos com diferentes características. Ocorre, então, segundo o autor, uma maior adaptação do sistema educacional, aos alunos, explicitado pela criação de escolas inclusivas, do que o oposto, as escolas integradas.

A partir das modificações na estrutura social notamos o paradigma da inclusão social. Este consiste em tornar toda a sociedade um lugar viável para a convivência entre pessoas de todos os tipos e inteligências na realização de seus direitos, necessidades e potencialidades. Assim, os adeptos e defensores do processo de inclusão social trabalham para mudar a sociedade, a estrutura dos seus sistemas comuns e atitudes em todos os aspectos, tais como educação, trabalho, saúde e lazer. Deixando clara a obrigação de uma adaptação dos sistemas sociais para alcançarem as necessidades dessas pessoas e não esperar que elas se adaptem ao sistema vigente.

Em 1975 surgiu nos Estados Unidos a lei pública nº 94.142, que propunha uma educação inclusiva, onde os alunos com necessidade especiais

poderiam frequentar a escola normal. Com isso, a intenção do governo do país era tornar mínimas as conseqüências da guerra, prometendo iguais oportunidades a todos os cidadãos, independente de suas especificidades. Neste movimento a inclusão dos alunos era limitada ao ingresso destes na escola comum, não havendo modificações nas escolas para atender aos alunos com necessidade especiais. Os alunos com deficiências deveriam se adaptar à escola como ela já estava estruturada. O mesmo modelo foi seguido por outros países, incluindo o Brasil. Deste modo, ao mesmo tempo havia a inclusão física do aluno, mas a sua discriminação no contexto escolar. (MRECH, 1998)

Este movimento iria contra o real objetivo da inclusão, que, segundo Peter Mittler (2003), estaria relacionado à reestruturação do sistema escolar visando possibilitar a todos igual acesso às oportunidades escolares, abrangendo o currículo, avaliação, divisão das classes e as atividades em sala de aula e fora desta, como o lazer e esporte. Esta reestruturação teria por objetivo "garantir o acesso e a participação de todas as crianças em todas as possibilidades de oportunidades oferecidas pela escola e impedir a segregação e o isolamento" (PETER MITTLER, 2003, p.24). Com isso, todos os alunos seriam beneficiados, mesmo aqueles que pertencem a grupos socialmente discriminados.

A inclusão é um processo inovador, sendo garantida pela Constituição Federal de 1988, conhecida como "Constituição Cidadã" que garante o direito à educação para todos. Seu sentido tem sido muito distorcido pela sociedade tornando-se um movimento que proporciona muita polêmica pelos mais diferentes segmentos educacionais e sociais. Por isso, inserir alunos com necessidades educacionais especiais de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais graves ou menos graves no ensino regular nada mais é do que garantir o direito declarado no art. 206 da constituição que afirma:

> O direito de todos à educação em igualdade de condições para o acesso e permanência na escola no Ensino Fundamental Regular a todas às crianças e adolescentes, sem exceção, além disso, devem receber atendimento especializado complementar de preferência dentro da escola." (Constituição Federal de 1988)

Para complementar essa aprendizagem podemos ter também escolas e clínicas especializadas para tais necessidades, porém, segundo a cartilha da rede SACI[1], servem como complementação, mas não substituem a função da escola como formadora.

Segundo a SACI, a escola deve proporcionar acesso livre a todos os níveis de ensino. Mesmo quando caracterizado como curso livre, o estabelecimento voltado a atender crianças e adolescentes deve apresentar tais cursos como complemento à educação básica dos estudantes, não substituindo o ensino ofertado pelas escolas regulares.

Nem sempre estamos prontos para lidar com mudanças, pois este é um exercício difícil e o mundo sempre esteve fechado para estas, só que em relação às pessoas com necessidades especiais, porém, a partir de 1981 houveram transformações, a ONU (Organização das Nações Unidas) criou um decreto tornando este ano como o Ano Internacional das Pessoas Portadoras de Deficiências (AIPPD), época em que se passou a perceber que as pessoas com alguma necessidade especial eram também merecedoras dos mesmos direitos que os outros cidadãos.

A Conferência Mundial de Educação Especial se reuniu em junho de 1994 em Salamanca, na Espanha, representando 88 governos e 25 organizações internacionais. Neste encontro foi elaborado o documento conhecido como “Declaração de Salamanca”, onde esta conferencia se comprometia com a “Educação para Todos”, observando a necessidade de providenciar uma educação de qualidades para pessoas com necessidades no sistema regular de ensino. (Declaração de Salamanca, 1994)

A Declaração de Salamanca foi um grande marco histórico para a educação, concretizado por organizações inter-governamentais na Conferência Mundial realizada na Espanha no ano de 1994, norteou documentos e projetos cujo foco era a inclusão escolar. Foi resultado da reconvocação de várias

[1] A Rede SACI é uma realização da Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais da Universidade de São Paulo (CECAE-USP), da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), do Amankay Instituto de Estudos e Pesquisa, e do Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NCE-UFRJ). Conta com o apoio da Fundação Telefônica e da Vitae.

declarações das Nações Unidas que teve como efeito o documento "Regras Padrões sobre Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiências", no qual demandou que os Estados garantisse a educação das pessoas com deficiências como parte integrante do sistema educacional. A fim de buscar a melhoria do acesso à educação para a maioria daqueles cujas necessidades especiais ainda se encontravam desprovidas.

A partir de então houve também algumas outras manifestações e associações para esses fins como a Conferência da Rede Ibero-Americana de Organizações Não Governamentais de Pessoas com Deficiência e suas Famílias, realizada em Caracas, entre os dias 14 e 18 de outubro de 2002, considerando que é compromisso de todos elevar a qualidade de vida de pessoas com deficiência e suas famílias por meio de serviços de qualidade em saúde, educação, moradia e trabalho, declararam, 2004 como o Ano das pessoas com deficiência e suas famílias, almejando a vigência efetiva das Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiências e o cumprimento dos acordos estabelecidos na Convenção da Guatemala em 2001.

Em princípio, conquistaram alguma liberdade através de adaptações dos lugares para uma melhor locomoção como as rampas, que permitiram maior acesso às escolas, igrejas, bares e restaurantes, teatros, cinemas, os meios de transporte, onde, aos poucos, o mundo começou a se remodelar para dar-lhes maiores oportunidades.

Na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, também já havia sido mencionado sobre a criança estar "preferencialmente" incluída, mas também haverá quando necessários serviços de apoio especializado na escola regular para atender as peculiaridades e que o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que em função das condições específicas do aluno não for possível sua integração nas classes comuns do ensino regular. Esses apoios servirão então como um suplemento para o desenvolvimento integral do aluno juntamente com o contexto escolar diário.

No site do Ministério Público encontramos ainda um apoio sobre o esforço pela inclusão social da pessoa com deficiência merecendo especial

destaque na atual legislação brasileira, o que passou a ser um dos principais objetivos da assistência social (artigo 203, incisos IV e V, da Constituição Federal). A inclusão social da pessoa com necessidades especiais, na linguagem dos artigos 58 a 60 da LDB, passa pela inclusão escolar. Por isso, a regra do atendimento diferenciado, preferencialmente na rede regular de ensino. Assim a inclusão ganhou reforços com a LDB de 1996, com a Convenção da Guatemala, Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, aprovada em 8 de outubro de 2001. Assim, manter crianças com algum tipo de deficiência fora do ensino regular é considerado exclusão, é crime.

Na Resolução nº 2/2001 que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica,

> O Art. 3º Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. (Resolução nº 2/2001)

Com base nesta resolução, as instituições de ensino deveriam viabilizar uma educação especial, criando um setor responsável por esta que possibilite a instituição da educação inclusiva.

Com a estruturação dessa resolução, aprovada pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, aconteceram avanços na perspectiva da universalização e atenção à diversidade na educação brasileira, já que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos e são responsáveis e desafiados a se organizarem para o atendimento dos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para a educação de qualidade para todos.

A Secretaria de Educação Especial (Seesp) desenvolve programas, projetos e ações a fim de programar no país a Política Nacional de Educação Especial. A partir da nova política, os alunos considerados público-alvo da

educação especial são aqueles com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação.

Dentre as ações desenvolvidas pela Seesp está o apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino para a oferta e garantia de atendimento educacional especializado, complementar à escolarização, de acordo com o Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008.

A conscientização da importância da inclusão e dos direitos similares das pessoas com necessidades especiais tem sido construído por um longo período e notamos na sociedade atual através de estudos e manifestações que aconteceram no mundo inteiro como: a Declaração de Verona aprovada em congresso europeu sobre o envelhecimento de pessoas com deficiências em 2002; a Declaração de Quito elaborada em abril de 2003 no Equador para discutir as normas e padrões existentes em relação aos direitos das pessoas com deficiência e ao desenvolvimento destas; a Carta Mundial do Direito à Cidade que elaborada por um conjunto de movimentos populares, ONG's, associações de profissionais, fóruns e redes nacionais e internacionais da sociedade civil comprometidos com as lutas sociais por cidades mais justas, democráticas, humanas e sustentáveis realizada em 2004.

É através destas manifestações e construções de diversos documentos que auxilia para a elaboração e efetivação dos direitos como instrumento de inserção das pessoas com necessidades especiais na sociedade moderna tornando incluídas como os cidadãos comuns. Suas necessidades os acompanham por toda a sua existência, por isso há uma obrigação de se respeitar seus direitos como os de qualquer outro cidadão, pois como colocado por Boaventura de Souza Santos (1995), "temos o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a sermos diferentes, quando a igualdade nos descaracteriza".

Por muitas vezes percebe-se que a inclusão é confundida com interação- ação realizada entre humanos, no caso - mas existem diferenças entre elas. Na interação, a criança precisa se adequar a realidade e proposta pré- estabelecida da escola, já na inclusão a escola é que tem que se adequar a criança, aceitá-la da maneira que ela é, seja deficiente ou não, e

compreendendo-as para que sejam alcançadas e obtenham um desenvolvimento de aprendizagem de forma global.

Segundo Vygotsky (1987), a pessoa com necessidades especiais necessita da interação social e da inserção na cultura, que possibilita relacionamentos e conflitos essenciais para o seu desenvolvimento. Esta interação influencia na construção e desenvolvimento dos processos mentais superiores, o pensamento, a linguagem e o comportamento.

Um dos motivos mais importantes que sustenta a luta pela inclusão como uma nova perspectiva para as pessoas com deficiência é, sem dúvida, a qualidade de ensino prevista por lei nas escolas públicas e privadas, de modo que se tornem aptas para responder às necessidades de cada um dos seus alunos, de acordo com suas especificidades, sem cair nas teias da educação especial e suas modalidades de exclusão.

Segundo Werneck (1997), a inclusão não pode ser confundida como uma simples integração, pois seu objetivo é incluir um indivíduo ou grupo excluído no ensino regular desde o início da educação básica.

A escola é uma das primeiras instituições em que as pessoas se relacionam diretamente com as outras trocando experiências do cotidiano, então, tendo uma escola inclusiva já é um grande passo para tornar pessoas mais conscientizadas e respeitando as diferenças e singularidades encontradas nas outras pessoas. Já que se acredita que o principal motivo das crianças frequentarem a escola, é o fato de que vão encontrar um espaço democrático, onde poderão aprender e compartilhar o conhecimento e a experiência com os demais sendo diferentes ou não.

Para Kunc (1992), a educação inclusiva tem como princípio valorizar a diversidade da sociedade, pois quando esta educação é aceita quebra-se o paradigma de que apenas as crianças normais podem colaborar para construção e desenvolvimento da sociedade.

Este pensamento se assemelha ao de Schwartzman (1999), que acredita que para que a inclusão apresente os resultados adequados esta deve ser bem divulgada e esclarecida. Deste modo, uma campanha para conscientizar a população a respeito da educação inclusiva poderia contribuir para a melhoria da sociedade.

A cultura em que estamos inseridos tem uma experiência ainda muito pequena quando se fala de inclusão social e escolar, acontecendo de pessoas pouco informadas ainda criticarem a igualdade de direitos e não quererem colaborar com aqueles que fogem dos ditos padrões de normalidade estabelecido por um grupo composto pela maioria. Mas o que acontece é que diante dos olhos deles, também somos diferentes, o que diferencia é a perspectiva em que analisamos as coisas e as experiências vividas.

Conviver com as diferenças nos torna mais completos e sensíveis, pois quando somos colocados num grupo em que elas são aceitas e consideradas terminam por nos acrescentarem valores morais e éticos como o respeito ao próximo onde todos tenham os mesmos direitos e recebem as mesmas oportunidades diante da sociedade e da vida.

Para que ocorra um caso de sucesso, a inclusão de alunos com necessidades especiais na escola regular procede, portanto, das possibilidades de se conseguir progressos significativos desses alunos no desenvolvimento escolar, por meio da adequação das práticas pedagógicas à diversidade dos aprendizes. E só se consegue atingir esse sucesso, quando a escola regular assume que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas espelha-se em grande parte do modo como o ensino é oferecido e ministrado, a aprendizagem é concebida e avaliada. Pois não apenas as pessoas deficientes são excluídas, mas também as que de outras formas são excluídas como os pobres, os trabalhadores, os que pertencem a grupos discriminados por raça, gênero ou opção sexual.

Os educadores são peças fundamentais nesse processo e devem primeiramente assumir o desafio da inclusão e priorizar a qualidade do ensino como um compromisso inadiável nas escolas, pois a educação básica é um dos fatores do desenvolvimento econômico e social. Trata-se de uma tarefa possível de ser realizada, mas é impossível de se efetivar por meio dos modelos tradicionais de organização do sistema escolar que não abrangem as diversidades encontradas em sala de aula.

Mesmo atualmente tendo determinado uma Lei Educacional que propõe e viabiliza as alternativas para melhoria do ensino nas escolas, podemos perceber que estas ainda estão longe, na maioria dos casos, de se tornarem

inclusivas, isto é, abertas a todos os alunos, indistinta e incondicionalmente atendendo as peculiaridades encontradas em cada um de forma especial. O que existe em geral são projetos de inclusão parcial, que não estão associados a mudanças de estrutura profunda nas escolas e que continuam a atender aos alunos com deficiência em espaços escolares semi ou totalmente segregados (classes especiais, salas de recurso, turmas de aceleração, escolas especiais ou os serviços itinerantes).

Ao analisar as atividades nas escolas podemos perceber que a maioria não está atendendo os alunos com deficiência em suas turmas regulares e se justificam, na maioria das vezes, pelo despreparo dos seus professores para essa prática peculiar. Outro fator exposto é o de que também não anseiam os benefícios que esses alunos poderão tirar da situação de inclusão, especialmente os casos mais graves, pois não teriam condições de acompanhar os avanços dos demais colegas e seriam ainda mais marginalizados e excluídos do que nas classes e escolas especiais. Não pensando de forma mais ampla que mesmo não conseguindo avanços semelhantes aos demais teria um avanço singular de acordo com as suas possibilidades de desenvolvimento, o que já seria uma grande conquista.

Nas duas situações, o que fica demonstrado é a necessidade de se redefinir o papel da escola como formadora de seres integrais e de aperfeiçoar a atuação em novas alternativas e práticas pedagógicas que favoreçam a todos os alunos. Isso abrange a atualização e desenvolvimento de conceitos em aplicações educacionais compatíveis com esse grande desafio, já que os educadores estão frente a frente com as dificuldades encontradas em sala de aula todos os dias e acabam ampliando as experiências e melhorando a prática se bem aproveitada as ocasiões de aprendizagem para tornar-se profissionais preparados e seguros para a realidade.

Há a necessidade de interesse dos dirigentes governamentais para proporcionar recursos e aperfeiçoamento dos sistemas educacionais para que as ações para a educação inclusiva sejam viabilizadas. Para que estas condições sejam possíveis é necessária a elaboração de projetos educacionais que abranjam profissionais da educação comprometidos e competentes, voltados à educação de crianças com necessidade especiais (MEC, 2006).

Seguramente a inclusão está diretamente ligada com uma educação para todos e com um ensino focado no aluno, mas para se alcançar um resultado esperado é preciso que seja enfrentado um desafio até maior, o de admitir que não se consegue implantar uma opção tão intrigante sem enfrentar o fator humano. O desenvolvimento de novos costumes e formas de influência mútua na escola exige mudanças no relacionamento interpessoal, social e na maneira de se efetivar os processos de ensino e aprendizagem deixando, portanto, os recursos práticos e os ambientes materiais para a efetivação de um processo escolar de qualidade em segundo plano. A partir desse argumento, a formação do pessoal envolvido com a educação, e isso engloba toda a comunidade escolar, é de essencial importância, assim como o auxílio às famílias a fim de uma sustentação aos que estarão diretamente ligados com as mudanças é categoria indispensável para que estas não sejam impostas, mas imponham-se como consequência de uma consciência cada vez mais evoluída de educação como meio de aprendizagem e de desenvolvimento humano.

Infelizmente, a realidade desse processo de inclusão é bem diferente do que se apóia a legislação e demanda muitas discussões relativas ao tema, pois os profissionais de ensino apresentam uma visão a partir de suas práticas diferenciada das que são colocadas nos documentos e apresentam resistência e estresse à respeito da proposta da inclusão. Algo que solicita transformações na formação desses educadores para que consigam de forma clara abranger tal processo com determinação e saberes necessários.

1.3 Redes de apoio à Educação Inclusiva

Investigando o Documento subsidiário à política de inclusão do Ministério da Educação na área de Educação Especial encontramos uma política que trata de estruturar as redes de apoio para que, trabalhando juntas, possam facilitar um pouco mais a política de inclusão nas escolas.

A criação desta rede seria viabilizada por estratégias promotoras de saúde e educação que tenham o objetivo de atender às necessidades especiais dos alunos. Deste modo, tal rede tem a função de:

> ampliar a atenção integral à saúde do aluno com necessidades educacionais especiais; assessorar às escolas e às unidades de saúde e reabilitação; formar profissionais de saúde e da educação para apoiar a escola inclusiva; assessorar a comunidade escolar na identificação dos recursos da saúde e da educação existentes na comunidade e orientar quanto à utilização destes recursos; informar sobre a legislação referente à atenção integral ao aluno com necessidades educacionais especiais e sobre o direito à educação e sensibilizar a comunidade escolar para o convívio com as diferenças.

Para que isto ocorra há a necessidade de uma equipe interdisciplinar, que deverá ser composta por diversos profissionais voltados à educação especial, como pedagogos, psicólogos, fonoaudiólogos e assistentes sociais. Esta equipe terá a responsabilidade de assessorar as escolas inclusivas, orientando e acompanhando famílias e alunos, bem como fazer um levantamento das necessidades da escola regular. Cabe também a esta equipe a exploração de recursos da comunidade que possam ser utilizados pela escola, cuidar para que alunos com necessidades educacionais especiais sejam incluídos e permaneçam na rede regular de ensino, acompanhar o desenvolvimento desses alunos, realizar a mediação entre a sala de aula, o atendimento clínico e a família.

Nas ultimas décadas o tema da inclusão esteve em alta, e notou-se que o desenvolvimento de um sistema de ensino que tenha a criança como centro, a constante participação da família e da comunidade são essenciais para que o acesso à escola seja universalizado. Além disto, é necessário identificar as barreiras que os alunos necessitam ultrapassar para ter acesso à educação, buscando oferecer as condições para ultrapassá-las. Identificar estas barreiras auxiliaria na elaboração de uma escola que valorize a diversidade acolhendo a todos independente de suas especificidades.

O Estado deveria se comprometer com o desafio de melhorar a educação inclusiva no Brasil por meio de uma política inclusiva e atendimento aos alunos PNEEs, porém, a criação de uma Rede de Apoio à Educação Inclusiva vai de encontro a impasses gerados pelo próprio Estado.

Evidenciasse a necessidade de desenvolver as políticas públicas de inclusão que abranjam além dos serviços prestados até o momento. A relação entre educação e saúde deve estar na base da criação destas políticas para estabelecer uma Rede de Apoio à Educação Inclusiva de qualidade.

Todos os profissionais envolvidos no processo de desenvolvimento da criança com necessidade educacional especial precisam estar inseridos no ambiente escolar e manter relações de trocas com os demais profissionais para que ocorra de fato um envolvimento e avancem ao resultado comum, o desenvolvimento da criança.

As redes de apoio são de suma importância para o pleno desenvolvimento das crianças, pois o trabalho de cada profissional é essencial. O acompanhamento da família permite que o aluno possa ter contato com os recursos e saberes necessários para o seu bom andamento escolar e naturalmente o desenvolvimento pessoal da criança para que seja alcançado de forma completa.

1.4. Sala de recurso nas escolas

A nova política de educação inclusiva estabelece que os alunos com necessidades educacionais especiais frequentem o ensino regular e, no contra-turno, recebam atendimento diferenciado em espaços preparados para garantir a inclusão desses alunos, contendo computadores com programas de leitura para deficientes visuais, impressoras em Braille, livros com fontes maiores e outros equipamentos que são necessários para desenvolver um trabalho de qualidade no ensino dessas crianças.

A inclusão de alunos especiais esta prevista no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que engloba mais de 50 ações que, juntas, devem assegurar a educação de qualidade.

Ao analisar o documento “Plano de Ação e Diretrizes de 2004” do Setor de Educação Inclusiva, identificamos a vertente “Salas de recursos” como uma ideia de serviço e espaço de apoio complementar/suplementar à sala regular,

em cumprimento ao direito do aluno, previsto na Resolução nº 2/2001 da CNE, como podemos verificar no trecho abaixo:

> SALAS DE RECURSOS – Serviços de apoio à escolarização, montados em espaços próprios e equipados de acordo com as necessidades dos alunos. O serviço é prestado por professores especializados nas áreas de DM, DA, DV, Altas Habilidades para atender aos alunos com NEEs encaminhados pela Equipe Multidisciplinar, de forma individual ou em pequenos grupos. As Salas de recursos têm como meta o desenvolvimento de programas próprios para desenvolver habilidades cognitivas que promovam o acesso dos alunos que apresentam NEEs ao currículo escolar e ampliação do talento. (CARIACICA, 2005, p. 4)

Para que haja ainda uma aproximação da escola com os demais profissionais a partir das “Salas de Recursos” são colocadas a necessidade de acompanhamentos das Unidades Escolares nos serviços voltados para alunos com necessidades educacionais especiais, para auxiliar a organização destes, facilitando a inclusão escolar. Para tal, segundo Cariacica (2005) deve haver envolvimento da comunidade escolar e dos pais, bem como apoio de instituições públicas e privadas.

Segundo Cláudia Dutra, secretária de educação especial do Ministério da Educação em 2010 sobre o curso de formação para os professores das salas de recursos já estão inseridas no sistema educacional brasileiro, incluindo espaço, recursos didáticos e atendimentos especializados. Com o curso seria possível formar profissionais para atuar com competência nestes espaços.

Já que há toda uma política que viabiliza a utilização das salas de recursos e conta com apoio de profissionais especializados para tal função, é também necessário que a sua importância seja conduzida às famílias, aos professores e aos alunos para que assim ocorra de fato um trabalho com responsabilidade e compromisso social.

1.5. Necessidades Educacionais Especiais

Segundo o *Dicionário Interativo da Educação Brasileira:*

> são necessidades relacionadas aos alunos que apresentam elevada capacidade ou dificuldades de aprendizagem. Esses alunos não são, necessariamente, portadores de deficiências, mas são aqueles que passam a ser especiais quando exigem respostas específicas adequadas.

Foi na década de 70 que surgiu o conceito de "necessidades educacionais especiais" no então chamado Relatório Warnock (1978) apresentado ao Parlamento do Reino Unido, pela Secretaria do Estado para Educação e Ciência, Secretaria do Estado para a Escócia e a Secretaria do estado para o País de Gales. Esse relatório, organizado pelo primeiro Comitê do Reino Unido, presidido por Mary Warnock, foi constituído para rever o atendimento aos deficientes. Os resultados evidenciaram que uma em cada cinco crianças apresentava necessidades educacionais especiais em algum período do seu percurso escolar, no entanto, não existe essa proporção de deficientes. Daí o surgimento do relatório com a proposta de adotar o conceito de necessidades educacionais especiais.

O conceito foi adotado também na "Declaração de Salamanca" a partir das discussões do chamado “movimento pela inclusão” e dos reflexos provocados pela Conferência Mundial sobre Educação Especial (UNESCO, 1994) na qual foram levantados aspectos inovadores para a reforma de políticas e sistemas educacionais reafirmando como conceito abrangente de todas as crianças ou jovens cujas necessidades se relacionam não somente com as deficiências mais também crianças com altas habilidades/superdotados, crianças de rua, crianças de população remota ou nômade, crianças de minorias étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais com dificuldades educacionais especiais.

Segundo a declaração de Salamanca, nos últimos anos tem sido evidenciado a necessidade e ampliar o conceito de PNEEs, abrangendo a toda criança que, por qualquer motivo, não seja beneficiada pela escola. Este conceito, então, incluiria crianças que apresentem dificuldades permanentes ou

temporárias, como uma deficiência, condição de pobreza extrema, traumas psicológicos ou aquelas que necessitam trabalhar ou sofrem de constantes abusos.

A Declaração de Salamanca, portanto, estabeleceu essa nova concepção, que é extremamente abrangente de "necessidades educacionais especiais" que provoca a aproximação dos dois tipos de ensino, o regular e o especial, na medida em que esta nova definição implica que todos possuem ou podem possuir, temporária ou permanentemente, "necessidades educacionais especiais". Dessa forma, orienta para a existência de um sistema único, que seja capaz de prover educação para todos os alunos, por mais especial que este possa ser ou estar. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), elaborados com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, orientam a respeito de estratégias para a educação de alunos com necessidades especiais. Para isso, estabeleceu um material didático-pedagógico intitulado “Adaptações Curriculares” que insere-se na concepção da escola inclusiva defendida na declaração.

O importante a ser colocado é que essa nomenclatura “alunos com necessidades educacionais especiais” tem a intenção de retirar a responsabilidade do aprendizado unicamente do aluno e conquistar uma resposta educativa rigorosa da escola para que assim se cumpra o direito de uma educação de qualidade para todos contando com o trabalho adequado de toda a equipe escolar.

Pois a concepção de educação deve ser centralizada no estudante, particularmente em seu potencial e capacidade e que enfatiza o preponderante papel do professor como agente educativo mediador e facilitador do processo de aprendizagem compreendendo esforços em prol da permanente melhoria do atendimento educacional como sendo uma ação propiciadora do aumento da qualidade de vida do individuo e promotora de progresso sociocultural e econômico da sociedade.

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal apresenta um documento norteador chamado “Orientação Pedagógica da Educação Especial” que conjuntamente com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Inclusão Educacional (MEC/SEESP, 2008) para auxiliar os

profissionais das salas de recursos quanto ao processo de aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação, preferencialmente, de classes comuns do ensino regular para que possam alcançá-las quanto as suas necessidades possibilitando o direito à educabilidade de todos os seres humanos, independentemente de comprometimentos que possam apresentar.

CAPÍTULO II

A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO PARA A INCLUSÃO NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

2.1 Ludicidade

> "Brincar com criança não é perder tempo, é ganhá-lo; se é triste ver meninos sem escola, mais triste ainda é vê-los, sentados enfileirados, em salas sem ar, com exercícios estéreis, sem valor para a formação do homem."
> Drummond

O direito a brincar é tão importante e fundamental que foi incluído na Declaração das Nações Unidas dos Direitos da Criança em 1959 e reiterado em 1990, quando a ONU adotou a Convenção dos Direitos da Criança. Os fatores pelo qual se da tal importância, segundo autores da área, é que quando as crianças brincam conhecem a si mesmas a aos outros, descobrem o mundo, exercitam novas habilidades, criam vínculos, elaboram saídas para as situações de conflito encontradas no decorrer das brincadeiras, aumentando a auto-estima. Tornam-se mais avançadas em desenvolvimento cognitivo, psicomotor e afetivo. Aprendem a compartilhar mais, tornam-se menos agressivas e constroem relacionamentos mais seguros com suas famílias. O brincar torna sinônimo de infância e esse processo forma adultos mais sensatos que aprendem a encontrar soluções criativas no trabalho, nos relacionamentos e na vida.

A ludicidade não é apenas uma forma de diversão, ela torna-se uma necessidade do ser humano em qualquer idade. Ao desenvolver atividade com aspectos lúdicos possibilita e facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora para uma boa saúde mental, prepara para um estado interior fértil. No desenvolver de ações lúdicas percebe-se que ela auxilia no processo de socialização, comunicação, expressão e construção do

conhecimento, pois possibilitam experiências que constroem valores também para aspectos pessoais.

O lúdico tem sua origem na palavra latina "ludus" que quer dizer "jogo". Se considerasse a sua origem isoladamente, o termo lúdico estaria se referindo apenas ao jogar, ao brincar, ao movimento espontâneo sem considerar os aspectos mais amplos envolvidos nesse processo tão abrangente.

Com o desenvolver de estudos na área acompanhando as pesquisas relacionadas à Psicomotricidade nota-se evoluções no sentido da palavra "lúdico. Assim, sua definição deixou de ser o simples sinônimo de jogo, pois as implicações da necessidade lúdica extrapolaram as demarcações do brincar instintivo para as atividades essenciais da dinâmica humana, que é caracterizada por ser espontânea, funcional e satisfatória como menciona o autor Santin:

> São ações vividas e sentidas, não definíveis por palavras, mas compreendidas pela fruição, povoadas pela fantasia, pela imaginação e pelos sonhos que se articulam como teias urdidas com materiais simbólicos. Assim elas não são encontradas nos prazeres estereotipados, no que é dado pronto, pois, estes não possuem a marca da singularidade do sujeito que as vivencia. (SANTIN)

Uma das vertentes dos estudos na área propõe que o aprendizado é retirado das experiências obtidas pelas ações praticadas do individuo que resultam de suas expectativas e do modo como percebe o mundo, cada um constrói seu aprendizado. As experiências compõem, portanto, um processo importantíssimo, determinando os conhecimentos adquiridos de uma perspectiva única, a individualidade.

Vital Didonet (2003) trabalha um fator importantíssimo na ludicidade divulgando que, “é uma verdade que o brinquedo é apenas um suporte do jogo, do brincar, e que é possível brincar com a imaginação. Mas é verdade, também, que sem o brinquedo é muito mais difícil realizar a atividade lúdica, porque é ele que permite simular situações”.

Por diversas vezes são impostas pela sociedade brincadeiras alienadas que não despertam a criatividade, pois a partir destas as crianças se tornam adultos críticos o que dificulta relações impostas pelo poder vigente. A construção de mundo é dado por meio de histórias, filmes, imagens, vivencias, brincadeiras de cunho educativo ou não.

Vivemos em uma sociedade onde os estereótipos e as divisões por gêneros são ainda muito fortes, portanto, nas brincadeiras tornam possíveis situações em que as divisões ficam em segundo plano, possibilitando viver outros papéis sociais e compreender o mundo de outros pontos de vista. Por isso, mais uma vez, as atividades lúdicas auxiliam em abandonar estereótipos e construir uma visão de mundo mais abrangente e com menos preconceitos.

Outro fator que influencia profundamente a construção psicológica da criança é o meio de comunicação chamado: televisão. É por meio dela que é transmitida muitas informações e intenções adultas criando uma necessidade de consumo nas crianças inapropriadas e inserindo ideias inadequadas no que diz respeito aos padrões sociais e sexuais com estereótipos pré-definidos.

Cabe aos pais e professores oportunizarem ambientes sem concepções determinadas de gênero e sexo e proporcionar que essas concepções sejam construídas sem preconceitos e limitações. Lugares que ampliam as visões de mundo e acabe com determinados estereótipos. Liberdade no que diz ao ato de brincar.

Segundo Rousseau (1968), as crianças têm maneira de ver, sentir e pensar que lhe são próprias e só aprendem através da conquista ativa, ou seja, quando elas participam de um processo que corresponde à sua alegria natural. Assim, é necessário que a escola proporcione oportunidades para que a criança conquiste seu aprendizado e participe ativamente desse processo de construção do conhecimento e de suas culturas próprias.

Para Froebel, a melhor maneira de educar é utilizando o lúdico como arte, proporcionando atividades, auto-expressão e participação. É preciso considerar a criança como criadora e despertar, mediante estímulos, as suas faculdades próprias para a criação produtiva. Possibilitando acima de tudo, a oportunidade de socialização que possibilitará um crescimento nos outros âmbitos da vida infantil e posteriormente na vida adulta.

Dewey (1952) expõe que “somente no ambiente natural da criança é que ela poderá ter um desenvolvimento seguro”, afirmando que o jogo faz parte do ambiente natural da criança, ao passo que as referências abstratas e remotas não correspondem aos seus interesses. Portanto, a inserção da criança em

ambiente íntimo facilita o seu interesse e desenvolvimento nas ações realizadas resultando ao objetivo esperado, a aprendizagem.

Kishimoto (1997) colocou que a ação lúdica “potencializa a exploração e a construção do conhecimento, por contar com a motivação interna, típica do lúdico” que desperta prazeres e envolvimento no espaço de atuação. Para que ocorra uma absorção autêntica das experiências vividas é preciso que seja realizada com intensidade e desenvoltura pelos participantes.

Para Oliveira (1988) a brincadeira infantil é uma situação social, pois representa relacionamentos pessoais entre crianças ou entre crianças e adultos. Nesta a criança consegue se expressar, demonstrando afetividade, desejos e frustrações.

É importante brincar para se humanizar, pois é a partir de experiências do brincar que levamos referências para a vida, aprendemos a controlar emoções e superar dificuldades. No brincar se desenvolve flexibilidade e adaptação aos novos acontecimentos e possibilita uma maior conscientização dos indivíduos para enfrentar as situações da vida que serão encontradas no seu decorrer.

O brincar possibilita ainda, sair da realidade através do imaginário e utilizar fatores da realidade como referência nas brincadeiras, reinventar o que se tem com o que se deseja. É possível uma interligação dos dois mundos para a adaptação de um mundo perfeito na visão de quem o está criando, possibilitando o envolvimento no mundo real por ações voluntárias e involuntárias.

Como o ato de brincar é culturalmente construído e transmitido de geração em geração nas ações realizadas em grupos destinados a compartilhar brincadeiras através da interação e repassando as regras determinadas as formas de brincar podem abranger brincadeiras atuais, inventadas ou depender da perpetuação de brincadeiras antigas onde a dependência do outro e as regras adquiridas tornam-se mais necessárias.

Carvalho (1989) conceitua cultura como as ações humanas que formam a identidade de um grupo. Estas ações são transmitidas de gerações por gerações, constituindo a identidade dos indivíduos do grupo.

Com as interações é que se difundem crenças, valores, histórias e demais fatores culturais relacionados ao envolvimento em sociedade. E a cultura recebe influencia de brincadeiras e da interação construída em atividades lúdicas de crianças e adultos.

Assim como o povo brasileiro é resultado da mistura de culturas, raças e crenças, as brincadeiras são frutos de influencias dos povos que compuseram o povo brasileiro tendo em vista que sua construção é baseada na diversidade e exprime também uma forma de repassar cultura, mantendo os costumes e transmitindo as ideias e regras. Contudo, o brincar é uma expressão cultural.

A relação da sociedade com os as pessoas com NEEs também é transmitida por meio da cultura. Tendo a sociedade um histórico de inclusão os cidadãos a aceitarão sem resistência. Porém, a exclusão é passada para os indivíduos onde esta é iminente na sociedade. Portanto, a inclusão ou exclusão de pessoas com NEEs é também um meio de expressão cultural.

2.1.1. As atividades lúdicas

A escola deve trabalhar com atividades lúdicas na sua prática considerando que o que importa não é apenas o resultado das atividades, mas sim o momento vivido. Possibilitando aos participantes, momentos de encontro com o outro e consigo mesmo, momentos de fantasia e de realidade, de ressignificação e percepção, momentos de autoconhecimento e conhecimento do outro, de cuidar de si e dos outros, momentos de vida experienciados em ambiente propício para o reconhecimento de linguagem oral e também a não verbal.

Segundo Luckesi, as atividades lúdicas são aquelas atividades que propiciam uma experiência de plenitude, em que nos envolvemos por inteiro, estando flexíveis e saudáveis. Retirando então de tais experiências conhecimentos para a vida em sua amplitude. Portanto, essas atividades devem abranger o máximo possível seus participantes para que envolvidos possam oferecer e absorver elevado nível de conhecimento.

Para Piaget (1973), os jogos e as atividades lúdicas se tornam significativas à medida que a criança experiencia e se desenvolve a partir da livre manipulação dos materiais. A criança passa a reconstituir e reinventar as coisas exigindo uma adaptação mais completa. Essa adaptação só é possível, a partir do momento em que ela própria evolui internamente, transformando essas atividades lúdicas em linguagem escrita, o abstrato. Conseguindo considerar o concreto e também o abstrato.

O jogo e as atividades lúdicas têm seu caráter psicológico, pois faz parte da relação afetiva-emocional e da aprendizagem como mecanismos complexos, típicos do ser humano, desenvolvendo fatores como a memória, a linguagem, a atenção, a percepção e aprendizagem.

Sala de aula também pode proporcionar prazer e aprendizado tornando-se um lugar de brincar e aprender. Nesse caso, o professor deve conciliar os objetivos pedagógicos com os desejos dos alunos e para isso é necessário encontrar equilíbrio entre o cumprimento de suas funções pedagógicas e a contribuição para o desenvolvimento da subjetividade e construção do ser humano autônomo e criativo. Creditando no aluno parte da responsabilidade no seu desenvolvimento e não fechando às oportunidades que surgirão no decorrer do processo.

É imprescindível que possibilitem aos professores vivenciar o processo do aprender colocando-se no lugar da criança, permitindo que a criatividade e a imaginação aflorem através da interdisciplinaridade enquanto atitude. A interação da subjetividade se mostra por meio do afeto e da alegria de poder liberar o que cada sujeito trás consigo e quanto pode contribuir com o outro construindo uma conscientização da importância do brincar para aprender.

É preciso que a importância do ato de brincar esteja clara para os adultos, principalmente para os professores, pois desenvolver a ludicidade auxilia na aprendizagem do indivíduo e contribui para o seu desenvolvimento geral, facilitando a socialização e construção do conhecimento (SANTOS, 1997).

Com o despertar para o valor dos conteúdos trabalhados fazem com que o sujeito aprendiz tenha prazer em aprender porque assim, os conteúdos serão despertados pelo prazer de querer saber e conhecer. Cabe ao educador

prazer em ensinar e procurar formas de despertá-los para, com sabedoria, podermos exteriorizá-los na nossa vida diária. A alegria, a fé, a paz, a beleza e o prazer das coisas que estão dentro de cada um. Pois segundo Nóvoa (1995) “Tudo se decide no processo de reflexão que o professor leva a cabo sobre sua própria ação”.

Para isso, torna-se de suma importância que haja uma formação teórico-prática sobre o lúdico que possibilite ao professor conhecer-se como pessoa, perceber suas fraquezas e certezas, conscientizar-se sobre a importância das atividades lúdicas na vida de seus educandos e também na vida adulta, como fator humano. Assim, fará de sua prática pedagógica um prazer para os alunos e para si próprio, pois viver ludicamente significa uma forma de intervenção no mundo, indica que não apenas estamos inseridos no mundo, mas, sobretudo, que somos parte desse conhecimento prático.

Um fato preocupante é o de reduzir as atividades lúdicas como simplesmente atividades infantis representando jogos livres, brincadeiras e o lazer gratuitos. Para Freinet (1998) denomina "práticas lúdicas fundamentais" como o não exercício específico de alguma atividade, pois, ele acredita que qualquer atividade pode ser corrompida nas suas essências, dependendo do uso que se faz dela e isso ocorre em todas as fases da vida.

Contudo, o conhecimento é construído pelas relações interpessoais e as trocas recíprocas que se estabelecem durante toda a vida formativa do indivíduo e são construídas com fervor nas relações estabelecidas com a prática de atividades lúdicas no espaço escolar e não-escolar que facilita todo o desenvolvimento da criança de forma agradável e participativa.

Os recursos lúdicos são elementos adotados pelo professor com o objetivo de enriquecer a aula e torná-la prazerosa. Podem ser utilizados como recursos lúdicos jogos, brinquedos, imagens, músicas, vídeos e histórias, bem como todo material que expresse o espírito lúdico.

O espírito lúdico é, segundo Macedo, Petty e Passos (2005) um relacionamento com algo ou alguém que desperta um prazer funcional que sustenta esta relação. Sendo assim, são recursos lúdicos materiais que, ao serem utilizados despertam o prazer na atividade, o que faz com que o indivíduo busque repeti-la.

Tais recursos podem ser utilizados em sala de aula durante uma atividade, para propor um conteúdo ou para que o professor avalie seu aluno. Estes atendem tanto a atividades coletivas como individuais, e proporcionam, segundo Chiattone (2003), uma quebra da rotina importante para tornar o ambiente agradável, facilitando a aprendizagem e o relacionamento do indivíduo.

2.1.2. Brincar e aprender

A ludicidade ganhou repercussão em nível nacional por abranger fatores típicos da infância e fundamentar sua importância na construção do conhecimento, por utilizar de brinquedos que é a essência da infância e seu uso permitirem um trabalho pedagógico que possibilita a produção de conhecimento, aprendizagem e de desenvolvimento.

A situação de brincadeira proporciona às crianças viver relações sociais de forma protegida da realidade, desenvolvendo confrontos ou inseguranças que existem na sua realidade. Integrando assim, fatores culturais da diversidade social em sua evolução pessoal fazendo com que ela mesma construa suas experiências constituindo suas concepções em brincadeiras livres e não impostas, pois o desenrolar torna-se mais prazeroso e sem cobranças.

A criança é responsável pela construção do seu conhecimento e de suas experiências. Está inserida em meio social e modifica determinados aspectos culturais e sociais com sua participação.

Vygotsky (1998) indica a relevância de brinquedos e brincadeiras como indispensáveis para a criação da situação imaginária possibilitando o desenvolvimento. Revela que o imaginário só se desenvolve quando se dispõe de experiências que se reorganizam. A riqueza dos contos, lendas e o acervo de brincadeiras constituirão o banco de dados de imagens culturais utilizados nas situações interativas. Dispor de tais imagens é fundamental para instrumentalizar a criança para a construção do conhecimento e sua

socialização. Ao brincar, a criança movimenta-se em busca de parceria e na exploração de objetos; comunica-se com seus pares; se expressa através de múltiplas linguagens; descobre regras e toma decisões.

A relação adulto/criança é estreitada pelo brinquedo, pois segundo Kishimoto (1997, p.21) “o brinquedo contém sempre uma referência do tempo de infância do adulto com representações veiculadas pela memória e imaginação”. Assim, favorece uma relação mais igualitária entre os participantes.

A brincadeira é utilizada por alguns especialistas como forma de investigação e descobertas sobre a vida, os conflitos e possíveis maus tratos sofridos pela criança. Portanto, mais uma vez coloco o quanto se faz necessário o brincar como forma intrínseca a vida humana.

> O Lúdico apresenta valores específicos para todas as fases da vida humana. Assim, na idade infantil e na adolescência a finalidade é essencialmente pedagógica. A criança e mesmo o jovem opõe uma resistência à escola e ao ensino, porque acima de tudo ela não é lúdica, não é prazerosa. (Neves)

Então, o lúdico aparece como fator associado ao interesse escolar e como forma de aproximar os educandos para o aprendizado mais prazeroso.

A desenvoltura da criança em certa brincadeira dependerá do seu envolvimento, dos demais participantes da ação e do espaço onde é praticado. Acontece, não raramente, de crianças não se envolver em brincadeiras realizadas na escola por se sentirem inibidas o que geralmente não acontece em espaços familiares onde se sentem mais a vontade a expor suas opiniões.

Para que não ocorram situações de retração das crianças em ambiente escolar é preciso que os responsáveis pelo espaço favoreçam que elas se libertem da timidez e absorva o melhor da brincadeira podendo contribuir com o seu empenho na atividade.

Caillois (1986) afirma que “o caráter gratuito presente na atividade lúdica é a característica que mais a deixa desacreditada diante da sociedade moderna”. Porém, o lúdico trabalha a dimensão humana com os sentimentos de liberdade por proporcionar atividades despretensiosas, descontraídas e desobrigadas em alguns casos livres de intencionalidade alheia, pressões e

avaliações, o que possibilita o sujeito se entregar à atividade despreocupadamente.

A falta do brincar no desenvolvimento infantil nos ambientes familiar, escolar e social pode acarretar em dificuldades de aprendizagem posteriores, pois a personalidade é construída por meio de brincadeiras que desenvolvem respeito ao próximo, trabalhos em grupo e realizações. Desperta a imaginação e a criatividade possibilitando interesses e formas de resolver problemas do cotidiano. Quando não é proporcionado tais experiências cria-se barreiras na sua participação e aprendizagem.

O brincar auxilia no desenvolvimento de diversos aspectos da criança, dentre eles a criatividade. Para Vasconcellos o brincar exercita o pensar, por isso é capaz de aumentar a capacidade criativa da criança. O prazer envolvido no jogo lúdico criativo também influencia nesta capacidade.

Segundo a autora a falta da brincadeira pode acarretar no surgimento de problemas mentais, pois esta insere a criança no mundo e incentiva a sua exploração, o que garante uma vida mental saudável.

Também é por meio do brincar que a criança se identifica com o adulto, fantasiando sobre a realidade, beneficiando a capacidade de criação.

O brincar repercute a nível intrapessoal, interpessoal e transpessoal no indivíduo, pois satisfaz uma necessidade da criança. Deste modo se relaciona com a criatividade, influenciando em sua expressão.

2.1.3 O Lúdico e a Inclusão

No caso da educação e socialização das crianças com necessidades educacionais especiais, a ludicidade torna-se importantíssima para auxiliar no processo de alfabetização e inclusão dessas crianças. Para conquistar os objetivos propostos para o desenvolvimento é preciso utilizar de recursos que chamem a atenção e o interesse do grupo como um todo.

A importância do lúdico no processo de inclusão das crianças com necessidades especiais acontece com as atividades lúdicas como estratégias

pedagógicas e buscam a estimulação da fantasia e do brincar, de modo a possibilitar o desenvolvimento escolar das crianças.

Como o lúdico é um fator a priori na vida cotidiana de qualquer indivíduo, é preciso que seja utilizado também nas atividades escolares, seja ela de lazer ou não, assim o lúdico se caracteriza como um pré-requisito na qualidade de vida das pessoas, sendo um elemento fundamental que integra o corpo e a mente dos envolvidos.

É possível realizar diversos jogos e brincadeiras com as crianças com necessidades especiais juntamente com o grupo. Cabe ao professor estar atento para esta necessidade específica e ter sensibilidade suficiente para buscar uma maior interação do grupo, fazendo com que a afetividade substitua a hostilidade, o companheirismo a competitividade e a democracia o autoritarismo. E a melhor maneira de se fazer isso é na relação do brincar.

Para proporcionar situações de desenvolvimento de forma mais divertida é preciso ter a vontade de fazer e estar ciente ao que pode não acontecer da forma esperada. Como não existe fórmula pronta de como obter sucesso com o lúdico, o professor deve estar atualizado quanto a esse instrumento que muito auxilia na aprendizagem e sempre procurando se aperfeiçoar pesquisando as maneiras mais eficazes de trabalhar esse método.

Como as dificuldades encontradas pelas pessoas que apresentam alguma necessidade especial podem desmotivam para o exercício de algumas atividades, cabe ao professor auxiliá-los para essa descoberta e pelo prazer em aprender com a relação dos demais integrantes do grupo, o que distingue muitas vezes das relações em sociedade onde são excluídos de participar e se vêem diferente dos demais.

Assim, surge para os educandos com necessidades especiais, uma nova forma de aprender através do lúdico, estimulando a criatividade e a possibilidade de desenvolver também na vida cotidiana, fazendo com que os mesmos sejam vistos como pessoas com potencial e capacidade de produzir, e não como pessoas impossibilitadas de realizar atividades por conta das suas dificuldades. Contando, portanto, com a auto-estima e autoconfiança, aumentando as possibilidades de serem capazes e bem sucedidos na vida sociocultural.

Por fim, percebe-se que cabe a cada educador encontrar a melhor maneira para entrar no mundo das crianças e suprir suas necessidades. E não há maneira melhor de fazê-lo do que utilizar o lúdico como forma de aproximação e evolução do processo de aprendizagem.

2.2. Processo de Alfabetização

A maioria das crianças chega ao ambiente escolar tendo a noção de informações através de algumas palavras por meio de rótulos de produtos e slogan de propagandas, existindo também as que chegam sem essa ciência da linguagem escrita como forma de comunicação. Assim as turmas de alfabetização constituem-se com intensas diferenças no nível de apropriação da linguagem escrita.

Ressaltamos, portanto, que na maioria dos casos a criança já tem contato primeiramente com a escrita em ambiente de educação não formal e chegam conscientizadas da necessidade de seu uso para a comunicação.

Segundo Freire, “A escola não alfabetiza, ela dá continuidade a um processo de alfabetização já em pleno desenvolvimento”. A partir dessa afirmativa de Freire podemos problematizar a questão que a alfabetização começa nas primeiras relações que a criança tem com o mundo da escrita através da convivência com os diversos ambientes e meios de comunicação que usam da escrita para se expressar.

Portanto, o processo de alfabetização é responsabilidade também da família que proporciona os primeiros contatos com a linguagem oral e escrita e se for trabalhado em sintonia com a escola pode fortalecer o aprendizado do aluno, ampliando as formas de conhecimento em ambientes diversos.

A alfabetização é um processo contínuo de construção, onde o indivíduo constrói o seu conhecimento a partir das experiências e aprendizagens diárias, construídos cotidianamente. É considerado o momento mais importante no processo de aprendizagem para formação escolar do aluno que garante seu novo espaço na sociedade.

Partindo desta concepção, quando se fala em alfabetização deve-se analisar a vinculação da família à alfabetização, ou seja, a escola não sendo a única responsável pelo conhecimento e saber que as crianças possuem, mas, tem o poder de ampliar e possibilitar a construção de novos conhecimentos. Ferreiro (1997) cita que o letramento precede o aprendizado escolar, e que devemos deixar de ver a leitura e escrita como algo que deve ser desenvolvido na escola.

Nessa perspectiva, a alfabetização é um processo de construção de conhecimento onde o aluno raciocina, avalia, resolve problemas, ou seja, a alfabetização se inicia bem antes de sua entrada na escola, na interação com o meio informal antecedendo qualquer nível de escolaridade, pois, o indivíduo constrói seu conhecimento a partir das experiências e conhecimentos diários, carga esta que ele já traz para a escola, ou seja, a alfabetização não é um processo que se dá de fora para dentro, mas sim de dentro para fora.

As primeiras experiências que a criança tem de aprendizagem é constituída com as pessoas próximas e/ou vinculadas a sua família que influenciam mesmo que indiretamente na construção do conhecimento e na assimilação das vivencias. Ao ir para a escola, as crianças não deixam de associar seus aprendizados com os novos conceitos adquiridos, necessitando então dessa união do trabalho do professor com as relações familiares cotidianas.

A questão a ser levantada deveria ser: em que estágio a criança está ao chegar à escola? Pois, esta não começará a se alfabetizar, e sim, dará continuidade ao processo de alfabetização já em desenvolvimento.

Podemos dizer que o processo de alfabetização é baseado em teorias construtivistas, pois, o processo de aprendizagem é o resultado da interação escola/casa/sociedade. É uma inter-relação de aprendizagens em ambientes diferenciados.

> os objetivos da educação são fixados pela sociedade e de duas maneiras pelo menos. A primeira ocorre mediante usos, costumes e tradições, regras da linguagem, estrutura econômica, diferentes formas de ação coletivas, etc. A segunda maneira consiste em a sociedade fixar, por intermédio das suas várias instituições, o tipo de educação com a qual as gerações de jovens irão formar. Não se formam indivíduos inovadores reflexivos mediante a consolidação de respostas por meio de repetições mecânicas. (PIAGET,1997)

Piaget (1997) cita que a sociedade estabelece modos de perceber a educação. O primeiro mais tradicional, focado nas regras e tradições. O segundo modo seria voltado a uma educação gerada pelos jovens, uma educação inovadora e reflexiva, que poderá formar indivíduos que não são se baseiam em respostas e atos mecânicos.

Na escola, como diz Piaget, o centro de aprendizagem é o aluno, que aprende e constrói seu conhecimento de acordo com as ações do meio. O processo de ler/escrever envolve: lembrar, raciocinar, avaliar, o que pressupõe compreender e interpretar idéias associando às experiências possuídas.

Para Frago (1993, p. 27) “Alfabetizar não é só ler, escrever, falar sem uma prática cultural e comunicativa, uma política cultural determinada”. Observa-se, assim, que a concepção de alfabetização tem se ampliado no cenário sócio educacional, estimulando não somente práticas escolares, mas sim práticas associadas às questões sociais que, de uma forma ou de outra, relacionam-se à escola.

A escrita é uma modalidade de linguagem social e culturalmente construída decorrente da atividade humana em resposta às suas necessidades. De forma equivalente, a criança, a partir da vivência e do uso de diferentes portadores de textos (na família, na escola ou em outras instituições), presume funções e usos da língua escrita, construindo um repertório de conhecimentos sobre o que ela representa e sobre como representa.

Kleiman (1998) percebe que a criança que tem contato com o letramento no ambiente familiar não sofre pressões ao entrar na escola. Já as crianças de famílias marginalizadas são pressionadas pela preocupação de seus pais para aprender a ler e escrever.

De acordo com essa afirmativa de Kleiman perceber-se que o contato precoce da criança com as formas de escrita proporcionada pela família influência positivamente no desenvolvimento e interesse nessas relações. A falta de um ambiente estimulante dificulta e pode até prejudicar, inibindo o desenvolvimento natural da criança que é típico de curiosidade.

A família é apenas um dos espaços de letramento, fora dela estão os inúmeros escritos urbanos, carregados de sentido e de funcionalidade que chamam a atenção e proporciona relações de conhecimento através delas.

Segundo Vygotsky o aprendizado das crianças começa antes de ela ingressar o ambiente escolar, e todo aprendizado com que elas têm contato na escola se relaciona a algo adquirido fora desta. Toda a experiência adquirida fora da escola contribuirá para o aprendizado da criança.

O pensamento de Vygotsky, nessa perspectiva, dando conta de que a criança chega à escola com conhecimentos socialmente construídos, confirma as idéias sobre letramento segundo as quais, na aprendizagem da escrita, a criança não parte do ponto zero. Num processo essencialmente social e interativo, ela se apropria da língua escrita em virtude de sua imersão no mundo letrado.

O professor, segundo Golbert (1988), idealiza uma criança interessada na aprendizagem da leitura e escrita, já conhecedora das letras e em contato com ambientes letrados. Estas crianças fazem parte de uma pequena parcela da sociedade, não são normalmente os alunos encontrados em sala de aula.

Kramer (2000) ressalta que em sua vivencia criança tem contato com a escrita, e é capaz de perceber a utilidade desta, bem como da leitura. A escola deveria utilizar-se destas experiências das crianças, ensinando uma escrita dinâmica, valorizando pensamentos e sentimentos destas.

SEBER (1997, p.91) afirma que: "Na teoria de Piaget, a criança tem o papel de construtora dos seus conhecimentos. Para que a criatividade não seja substituída pelo mecanismo de respostas treinadas..."

A alfabetização pode ocorrer segundo diferentes métodos, classificados em dois tipos: sintéticos e globais.

Os métodos sintéticos propõem uma aprendizagem da leitura e escrita baseada na soletração ou fonologia. Dentre estes estão o método fônico, que atenta ao som das letras, e o silábico, que dá ênfase à estrutura da palavra.

Dentre os métodos globais, que busca alfabetizar utilizando histórias ou frases, destacam-se o método de contos, que pretende explorar o prazer das crianças pelas histórias para contar introduzir o conhecimento da leitura e

escrita, e a palavração, que baseia o desenvolvimento da alfabetização em uma palavra-chave.

Com relação ao conhecimento do sistema de escrita podemos diferenciar dois aspectos: a alfabetização e o letramento. A criança, quando inicia o processo de alfabetização traz consigo conhecimentos relativos a utilização da escrita adquiridos na relação com uma sociedade letrada. Esta começa desde cedo a perceber a utilidade da escrita, pois participa de processos sociais que a incluem. Ela também, diversas vezes, é capaz de identificar textos não verbais a que tem acesso em sua rotina, bem como diferenciar letras e números de desenhos.

Deste modo, percebe-se que a criança tem o conhecimento relativo à leitura e escrita antes de ter contato coma a alfabetização, pois a função da escrita ultrapassa o ambiente escolar. Este indivíduo não iniciou o processo de alfabetização, mas o conhecimento que ele adquiriu em eventos sociais o torna letrado. O letramento seria, então, os conhecimentos relativos a leitura e escrita adquiridos em eventos sociais. (FERREIRO, 1985)

Em geral as crianças ingressam a fase de alfabetização na escola aos 6 anos, neste momento passam a ter contato, no ambiente escolar, com letras e seus sons. Este conhecimento transmitido pela escola busca alcançar o maior objetivo da alfabetização, que é ensinar a escrever (CAGLIARI, 1999). A criança é então considerada alfabetizada se é capaz de utilizar este conhecimento, conseguindo ler e escrever autonomamente.

Podemos enfatizar também que a criança é um ser social e a educação é uma prática social, devendo acontecer em um processo dinâmico, e que conduza a criança a ser um agente renovador de sua sociedade. E é nesse contexto que a família como primeiro elo que a criança tem com o mundo externo deve priorizar as relações de sociedade com o ego infantil.

A família, a sociedade e a escola devem desenvolver todo esse processo de alfabetização com as crianças independentemente da necessidade que apresentar, procurando desenvolver um trabalho sensato adequando suas praticas para o objetivo comum, o desenvolvimento integral da criança.

As escolas vinculadas à Secretaria de Educação utilizam como direcionador o Bloco Inicial de Alfabetização – BIA, que tem o objetivo de dispensar mais tempo para que as crianças desenvolvam as competências relacionadas à alfabetização. Por meio deste a alfabetização se estende para os 3 primeiros anos do Ensino Fundamental de 09 anos, não devendo haver retenção de alunos durante este período.

O BIA apresenta uma proposta pedagógica pautada em um eixo integrador: alfabetização/letramento/ludicidade, ou seja, o Bloco tem uma proposta que busca a inclusão a partir da alfabetização e do letramento sem perder de vista a ludicidade. Tem-se em vista que este eixo pode "facilitar o desenvolvimento das estruturas cognitivas, das dimensões afetiva, social e motora das crianças nas diferentes Etapas do Bloco, favorecendo a alfabetização e o letramento nos seus diversos sentidos" (BIA, 2006).

2.2.1 O lúdico no processo de Alfabetização

A utilização de atividades lúdicas no processo de alfabetização é essencial para desenvolver habilidades e competências na aprendizagem das crianças através de atos de descoberta da linguagem escrita por meio de jogos e atividades voltadas também ao prazer em aprender.

Segundo Vygotsky (1994), a aprendizagem da linguagem escrita implica na compreensão do que caracteriza uma representação, visto que a escrita refere-se a uma atividade simbólica, e tal como outras atividades desta natureza, envolvem a representação de uma coisa por outra, a utilização de signos auxiliares para representar significados.

A representação é compreensível nas brincadeiras praticadas pelas crianças que, Segundo Mello na brincadeira de faz de conta os objetos não são necessários, podem ser compensados por outros pelas crianças. Um objeto passa a assumir outra função, outro valor, graças ao significado que a criança atribui a este.

Então, percebe-se que as brincadeiras são fundamentais para haver uma apropriação da leitura e da escrita, uma vez que possibilita a criança à reflexão sobre as diferentes possibilidades de representação e expressão de ideias através de símbolos diferenciados e construídos nas brincadeiras.

Segundo Vygotsky (1994), quando a criança deseja vivenciar determinada situação ou brincar com um brinquedo que não é possível naquele momento, ela se utiliza do gesto representacional, quando pega outro objeto, que para ela possui alguma semelhança com o objeto a ser representado e passa a imaginar o brinquedo ou situação. Ela envolve-se em um mundo ilusório e imaginativo para satisfazer essa vontade.

Exemplifica ainda que ao brincar as crianças obedecem às regras que o processo de imaginação exige. Elas se comportam como o personagem ou pessoa imitado, por exemplo. Mas, com relação aos jogos, que têm regras pré-estabelecidas leva a criança para um mundo imaginário referente ao jogo, o inserindo dentro deste. (VYGOTSKY, 1994)

Como o processo de alfabetização apresenta uma dinâmica parecida com o brincar que utiliza o imaginário e a substituição de fatores, é imprescindível que sejam trabalhados conjuntamente. A aquisição da leitura e da escrita é um sistema de representação, pois possibilita a criança a imaginar, criar e estruturar hipóteses que farão com que ela compreenda esses sistemas complexos de leitura e escrita. Portanto, é de fundamental importância que a criança aprenda através de brincadeiras e jogos para que brinquem, se expressem, criem, imaginem, obtendo uma aprendizagem mais prazerosa, eficaz e de acordo com as necessidades que possuírem, acarretando na diminuição dos índices de evasão e repetência escolar.

2.3. Afetividade na educação inclusiva

Para que haja um processo educativo favorável ao aluno, o professor deve, além de ser um bom profissional, ter em sua pratica pedagógica um sentimento de afeto para com os educandos, pois com afetividade a relação entre eles torna-se mais prazerosa e favorece bons frutos para os participantes.

A questão da afetividade em sala de aula não pode ser ignorada, pois o professor torna-se uma referência para a criança em seu desenvolvimento intelectual e pessoal. Depois dos pais, os professores são peças fundamentais para um relacionamento que envolve trocas de experiências e saberes. Relações que envolvem afetividade costumam resultar em laços de amizade que levam ao compartilhamento de ideais e trocas recíprocas de sentimentos.

A dimensão afetiva do desenvolvimento humano é, de fato, um dos aspectos mais relevantes a ser observado, em especial quando se trata de expressões emocionais, pois caracterizam o termômetro para as atitudes do professor como expõe Wallon (1963a, p. 63) "são simples atitudes, às vezes muito sutis, modificando a expressão do rosto, das mãos ou do corpo no seu conjunto"

Para Wallon, a afetividade torna-se uma necessidade fundamental nas relações revelando de forma contagiosa em gestos, posturas, mímicas, silêncios, olhares, sorrisos, tom de voz em qualquer fase da vida.

> [...] As influências afetivas que rodeiam a criança desde o berço não podem deixar de exercer uma ação determinante na sua evolução mental. Não porque originem completamente as suas atitudes e as suas maneiras de sentir, mas, pelo contrário, precisamente porque se dirigem, à medida que eles vão despertando, aos automatismos que o desenvolvimento espontâneo das estruturas nervosas mantêm em potência e, por seu intermédio, às reações intimas e fundamentais. Assim se mistura o social com o orgânico. (WALLON, 1978, p. 149-150)

A afetividade está organicamente vinculada ao processo de conhecimento, orientação e atuação do ser humano, no complexo meio social que o rodeia. E o professor não pode estar fora desse processo, muito pelo contrario, ele faz parte integralmente dessa ação. “São profissionais que

valorizam a liberdade de pensamento, de expressão e buscam o desenvolvimento do pensamento, de expressão e buscam o desenvolvimento do pensamento crítico e do potencial transformativo dos alunos.“ (DÉLCIO, p. 21).

A sala de aula é o espaço de relação cotidiana e afetividade. O encontro do professor com os alunos, dos alunos com os alunos, dos alunos com o conhecimento sendo a afetividade fator positivo na aprendizagem. Ela estreita as relações e a necessidade do respeito às diferenças e as expectativas dos alunos que apontam para além das técnicas e dos conteúdos.

É impossível continuar excluindo a afetividade do espaço educacional, pois a afetividade está intrinsecamente ligada à cognição, constituindo fator essencial na vida escolar, precisando que o professor esteja ciente dos problemas que pode enfrentar e estar preparado para resolvê-los.

GALVÃO (1999) diz que são quatro os temas fundamentais nos quais Wallon se baseou para elaborar seu projeto teórico no qual pretendeu fazer a psicogênese da pessoa completa: afetividade, movimento, inteligência e a questão da pessoa, do eu.

É preciso humanizar o professor, desmistificando a idéia de um profissional sem sentimentos e emoções, cruzando as experiências e aprendizagens dele com a dos alunos, contribuindo assim para socialização, afetividade e valorização do "ser". Os professores devem conhecer seus alunos, suas capacidades e vontades, e oferecer a estes, o que for necessário para auxiliá-lo em seu desenvolvimento. Apenas assim seria possível contribuir na construção do conhecimento de cada aluno (BLANCO, 2004).

Assim, o professor conseguirá alcançar seus alunos e superar suas necessidades específicas adaptando suas práticas pedagógicas e se relacionando com os alunos de forma mais afetiva e abrangente. Quando envolve amor na ação, o resultado é mais satisfatório e prazeroso. Ter afetividade na relação com o aluno independente da sua necessidade é impor limites de forma que não agrida a criança, é saber dizer sim e principalmente dizer não.

CAPÍTULO III

METODOLOGIA

A escolha do tema de pesquisa surgiu a partir das teorias estudadas ao longo do curso que se tratava das necessidades educacionais especiais e da experiência vivenciada na realização do estágio supervisionado, cujo objetivo é a observação, planejamento e docência em sala de aula. Com a experiência, notei que há fatores que dificultam o processo de inclusão e o de alfabetização das crianças com necessidades educacionais especiais. Minha experiência de estágio mais direta foi com uma turma inclusiva de 1º ano do Bloco Inicial de Alfabetização - BIA, em uma escola pública, localizada na Candangolândia – DF, que atendia a uma criança com síndrome de Down. Tendo também contato indireto com outra turma inclusiva, que atendia uma criança com deficiência física e mental.

A inclusão escolar é um assunto bastante discutido nas últimas décadas e procede ampliando a necessidade da real intenção da inclusão e os objetivos que propõem através de políticas públicas de educação. Todo Projeto político-pedagógico escolar da instituição trabalhada volta-se para essa perspectiva, porém na prática, as propostas descritas ali não condiziam com a teoria exposta.

A partir da experiência deste estágio e comparando a teoria estudada, senti-me incomodada com essa realidade e impulsionada a realizar um trabalho que me auxilie e possa ajudar outros profissionais a alcançar os seus alunos em suas necessidades e obter uma melhoria em seu desenvolvimento e aprendizagem proporcionando uma maior aceitação e inclusão do educandos por parte dos outros alunos da sala de aula, dos professores e da própria família que muitas vezes não reconhecem essas necessidades e as ajudas que devem procurar.

Como a pesquisa nasceu da experiência do estágio que aconteceu no período do 2º semestre de 2010. Nesse período foram realizadas as

observações e algumas intervenções com aplicação de atividades lúdicas. Agora no 2º semestre de 2011 retornei a escola para realizar as entrevistas com os dois professores e a professora da sala de recursos. Com a oportunidade de retorno ao ambiente escolar optei por analisar como está a situação das crianças acompanhadas no ano anterior. As observações foram feitas do dia 07 de outubro de 2010 a 23 de novembro de 2010.

As entrevistas com os professores da pesquisa foram realizadas no dia 22 de novembro de 2011 no período da tarde, atual horário de coordenação e planejamento. Assim como a investigação das situações atuais das crianças por meio de informações dos professores e demais funcionários da escola.

Apesar da inquietação pessoal sobre o tema procurei no desenvolver dessa pesquisa exercitar a subjetividade como pesquisadora por se tratar de um encontro que tive com uma realidade social, pois segundo Gonzalez Rey (2003) subjetividade define-se, "como a organização dos processos de sentido e significação que aparecem e se organizam de diferentes formas e em diferentes níveis do sujeito e na personalidade, assim como nos diferentes espaços sociais em que o sujeito atua" (2003, p.108).

Rey em seu estudo cita Vygotsky ao falar que a mente não se separa da cultura, sendo que a subjetividade auxilia na compreensão histórico-cultural e na interpretação da realidade ao colocar que “a subjetividade aparece somente quando o sujeito ou os grupos estudados se implicam em sua expressão e a pesquisa adquire sentido para eles” (2010, p. 28). Deste modo, cada pessoa tem sua maneira de interpretar o mundo, e nesta está implicado seu conhecimento e suas experiências, como no caso da realização desse estudo.

A pesquisa foi realizada utilizando uma abordagem de cunho qualitativo já que na realidade escolar vivenciada se fez necessário um maior aprofundamento sobre questões dedicadas à inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais em processo de alfabetização. Em estudos com esse cunho metodológico aborda-se a complexidade dos problemas levantados, possibilitando uma análise sobre a interação das variáveis compreendendo e classificando os processos dinâmicos vividos pelos grupos sociais contribuindo para um processo de mudança nesses grupos.

Para Gil (2008) “o objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para os problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”. E a partir daí a obter novos conhecimentos no campo da realidade social. Esse é o intuito da realização dessa pesquisa, apresentar as possíveis transformações que podem ser realizadas para o melhor entendimento do processo de inclusão e desenvolvimento das crianças com necessidades educacionais especiais na escola e na sociedade.

Conforme LUDKE e ANDRÉ (1986), a pesquisa qualitativa é a que propicia melhores condições para a compreensão da dinâmica presente no cotidiano escolar e para realizar uma pesquisa é preciso promover um confronto entre o dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele. Trata-se de construir uma porção do saber. Esse conhecimento é não só fruto da curiosidade, da inquietação, da inteligência e da atividade investigativa do pesquisador, mas também da continuação do que foi elaborado e sistematizado pelos que já trabalharam o assunto anteriormente.

Bortoni- Ricardo (2008) refere-se à “pesquisa qualitativa como parte inerente do ser humano, por ser este um agente social rodeado de práticas que incessantemente o convidam ao escrutínio”. Para a autora a participação do pesquisador em sua própria prática pedagógica desenvolve uma compreensão de suas ações como mediador de aprendizagens e de processos educacionais com os alunos o que oportunizou pensamentos e percepções na prática do estagio. Pretendo, portanto, possibilitar que o profissional que participou da pesquisa tenha um retorno e possa desenvolver um pensamento reflexivo sobre o tema o que me proporcionará também uma melhor preparação para atuar nessa área da educação.

A partir da necessidade de realização do projeto 4 fase 2, a escolha por essa escola foi definida pela aproximação da minha residência o que facilitaria o deslocamento e a confecção dos materiais utilizados nas aulas. O fator determinante dessa escolha se da ao fato de sua proposta ser condizente com os objetivos do projeto. Por ter em seu plano político pedagógico a proposta de atividades lúdicas para o melhor desenvolvimento das crianças como cidadãos e de ser inclusiva, recebendo alunos com necessidades educacionais especiais

diversas de toda a comunidade e demais escolas. Possui uma equipe especializada para melhor atendê-los pedagogicamente.

Refleti que seria uma bela oportunidade de aprendizagem e abordagem pedagógica, acrescentando na formação acadêmica e possibilitando experiências riquíssimas que proporcionasse uma interligação entre teoria e prática que é necessária para uma boa formação. Esperando também que proporcionasse um crescimento pessoal, intelectual e profissional realizando assim os anseios iniciais.

3.1. Caracterização do local de pesquisa

A Escola Classe X da Candangolândia, situada em Área Especial é composto por 12 salas de aula, sala de leitura, direção, secretaria, sala dos professores, sala de recurso, coordenação pedagógica, auditório, cozinha, sala dos servidores, depósito de alimentos e materiais, banheiros para alunos, professores e servidores, pátio interno coberto, externo com quadra de esportes, parque, guarita e jardim.

A escola funciona nos turnos matutino e vespertino com as séries iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), o Ensino Especial e o Bloco Inicial de Alfabetização. Dispõe de atendimento na sala de recursos para os alunos com integração total no Ensino Regular da UPE e de outras escolas da Candangolândia.

Atualmente a Equipe de Apoio à Aprendizagem, composta por uma psicóloga, uma orientadora e uma pedagoga, funciona nesta escola e atende os alunos encaminhados por todas as escolas da Candangolândia.

O órgão consultivo e deliberativo da escola é o Conselho Escolar que é composto por representantes do grupo de professores, direção, carreira à assistência e pais, conforme previsto no regimento da SEE/DF.

A escola propõe um Projeto Político Pedagógico envolvente e contemporâneo que proporcione ao aluno condições de crescimento pessoal, formação de valores e participação ativa no desenvolvimento de sua cidadania.

Ao mesmo tempo, a valorização dos nossos profissionais de educação, de modo a estimular o engajamento desses nas atividades pedagógicas desenvolvidas na escola, voltadas inclusive para o seu crescimento pessoal. Essa construção é coletiva visando o maior sucesso da proposta.

O Planejamento Escolar, em qualquer de seus níveis e modalidades, tem também por suporte as normas emanadas dos níveis centrais e intermediário, as quais são adaptadas e coadunadas no sentido de atender às especificidades da comunidade local. Assim sendo, preocupados em dar maior flexibilidade ao nosso trabalho, enriquecemos os conteúdos com vivências que levem o educando à experiências cada vez mais prazerosa. E assim, serão desenvolvidas diversas atividades culturais: filmes, peças teatrais, visitas a museus, exposições diversas, pontos turísticos, a reservas florestais, participação em projetos ambientais, festas folclóricas, gincanas, entre outros.

Tendo em vista a dinâmica sociopolítica e econômica vigente em nosso país, a Escola Classe X se propõe a oferecer uma educação qualitativa, que prepare o aluno para atuar na sociedade de forma ativa e consciente, favorecendo a inclusão e a justiça social.

A escola aposta em construir, traçando os possíveis caminhos futuros para concretização da meta principal, a transformação do espaço da escola em oficinas de aprendizagens significativas e a transformação dos alunos em construtores do saber.

A Escola pretende direcionar o olhar para a sua comunidade e para o mundo e, num movimento introspectivo, para si mesma. Nesse intento, adicionar ao seu perfil, atitudes condizentes com uma instituição que se quer fazer presente, atuando e inserindo-se na realidade da sua comunidade e do mundo tendo como referencias os PCN’s e as Leis Federais.

Eis o grande desafio de sua proposta, a educação de uma comunidade heterogênea que busca a escola como meio de ascensão social e cultural.

Avaliar significa reeditar experiências, de modo que o planejamento educacional esteja sempre voltado para a formação plena do indivíduo e da sua inclusão social dentro e fora do ambiente escolar.

O que se pensa e se quer, é construir e manter uma escola de qualidade inserida nos novos tempos, e que aponte para a reflexão constante do conceito

de educação, que esteja sempre conectada com a sociedade, consciente de seus desafios, formadora de alunos capazes de aprender e conscientes de seus direitos e deveres.

A Proposta Pedagógica assume internamente um compromisso com a conscientização e transformação sócio-cultural da comunidade, concordando com o fato de que educação é prioridade e que a diversidade regional não se configura como barreira para que propostas e ações pedagógicas inovadoras sirvam de norte para a prática educativa.

Os principais objetivos que a escola apresenta em seu PPP são:

1. Tornar o processo ensino-aprendizagem mais atrativo e dinâmico, viabilizando projetos específicos que visem o desenvolvimento global do aluno, assegurando a sua participação no processo crítico e reflexivo de condição no contexto social em que vive.
2. Proporcionar o desenvolvimento das potencialidades dos profissionais de ensino, através de apoio as suas iniciativas, com intuito de melhorar o seu desempenho e sua realização profissional.
3. Proporcionar a dinâmica de integração entre todos os segmentos da comunidade escolar.
4. Assegurar a manutenção da qualidade do patrimônio e da estrutura física da escola.
5. Programar ações de valorização dos funcionários da escola.
6. Adquirir materiais e serviços que proporcionem melhores condições de trabalho aos diversos segmentos que compõem a escola.

A equipe da escola é formada por: uma Diretora, uma vice– Diretora, um assistente administrativo, um Chefe de Secretaria, duas coordenadores Pedagógicas, vinte e sete professores, duas merendeiras, treze auxiliares em Educação, dois agentes de portaria, quatro vigias, uma equipe de Apoio à Aprendizagem composta por: uma psicóloga, uma orientadora Educacional e uma pedagoga.

A organização pedagógica é feita da seguinte maneira:

1- Número de professores: 27

2- Modalidades de Ensino - Ensino Fundamental de 9 anos.

- Ensino Especial

SÉRIE	Nº DE TURMAS	Nº DE ALUNOS
1º ano	5	148
2º ano	4	111
3º ano	5	116
4º ano	5	163
5º ano	4	135
Ensino Especial	1	10

3- Alunos com Necessidades Educativas Especiais com integração total: 1º ano – 3 alunos; 1ª série – 5 alunos; 2ª série – 12 alunos; 3ª série – 4 alunos e 4ª série – 2 alunos.

Os objetivos pretendidos na proposta são analisados e avaliados ao longo do processo devendo ser acompanhados por todos os segmentos da comunidade escolar objetivando a correção e flexibilização de acordo com as necessidades surgidas durante o ano.

O Plano de Curso será avaliado e reformulado sempre que houver necessidade, nos encontros pedagógicos, espaço próprio para debates e trocas de experiências entre docentes.

O que se pensa e se quer, é construir e manter uma escola de qualidade inserida nos novos tempos, e que aponte para a reflexão constante do conceito de educação, que esteja sempre conectada com a sociedade, consciente de seus desafios, formadora de alunos capazes de aprender e conscientes de seus direitos e deveres.

A Proposta Pedagógica assume internamente um compromisso com a conscientização e transformação sócio-cultural da comunidade, concordando com o fato de que educação é prioridade e que a diversidade regional não se configura como barreira para que propostas e ações pedagógicas inovadoras sirvam de norte para a prática educativa.

3.2. Instrumentos de Pesquisa

As informações para análise foram produzidas a partir da utilização de dois instrumentos de pesquisa: a observação da rotina em sala de aula inclusiva tendo como foco a utilização dos recursos lúdicos na rotina e as entrevistas semi estruturadas realizados com a professora regente da turma e um professor regente de outra turma inclusiva, ambos com a finalidade de entender e analisar as concepções dos profissionais da área a respeito da inclusão, da rotina e da presença do lúdico nesse espaço para melhor enriquecer o trabalho.

Primeiramente fiz uma visita à escola propondo a observação da rotina em uma sala de aula inclusiva na escola. A observação é elemento importantíssimo para a realização de pesquisa social. Para Gil (2008) "A observação nada mais é que o uso dos sentidos com vistas a adquirir os conhecimentos necessários para o cotidiano" (p.100). E a partir das observações são formulados os problemas, hipóteses e análise de dados imprescindíveis em uma pesquisa de cunho qualitativo.

Como houve um envolvimento maior e posteriormente uma participação no grupo de pesquisa com a aplicação de atividades lúdicas voltadas para o grupo pesquisado pode-se considerar como uma observação participativa definida por Gil (2008) como "a técnica pela qual chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo" (p.103). O observador no caso tem uma participação real do conhecimento na vida da comunidade podendo sofrer as mesmas dificuldades dos demais participantes em suas ações na fase de experimentação.

Outro instrumento de pesquisa foi a entrevista, conceituada por Gil (2008) como "a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação" (p.109)

Ressalto que o trabalho monográfico vem sendo construído desde o projeto 3 fase 1, no 2º semestre do ano de 2009, onde tive o primeiro contato com o tema da ludicidade no contexto escolar. Porém, os fatos descritos na

pesquisa são da experiência do projeto 4 realizado no 2º semestre de 2010 e a continuação de análise do processo no 2º semestre de 2011.

Por meio desta pesquisa buscou-se responder às seguintes questões: Quais são os fatores necessários para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais na rotina em sala de aula? Como a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais pode ser facilitada com a prática de atividades lúdicas? Qual é o papel da sala de recursos para facilitar a inclusão da criança em sala de aula? Como se apresenta a relação das redes de apoio e a escola para o desenvolvimento integral da criança? Como a criança esta inserida no ambiente social a que pertence? Há uma inclusão social?

As respostas de tais perguntas possibilitarão identificar como os recursos lúdicos auxiliam no ensino das crianças com necessidades educacionais especiais em processo de alfabetização, analisando a visão dos professores sobre esta prática e a sua importância no processo de ensino/aprendizagem da criança.

O objetivo desta pesquisa é instituir relações entre teorias e práticas vivenciadas e analisar como ocorre o processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em uma sala inclusiva de alfabetização, atual 1º ano, utilizando o lúdico como recurso facilitador da aprendizagem.

A pesquisa visa ainda objetivos mais específicos que foram determinados como:

- Observar e avaliar o processo de inclusão da criança com necessidade educacional especial em sala de aula, trabalhando mais especificamente, com aluno que tem síndrome de down e a deficiência física e mental em salas de alfabetização inclusivas.
- Investigar sobre os métodos utilizados e adaptações realizadas para facilitar a inclusão dessas crianças, a necessidade de um monitor na sala de aula e os saberes necessários ao professor para contemplar a *inclusão*.
- Compreender as dificuldades encontradas e as soluções na realização das atividades pedagógicas diárias.

- Verificar as alterações que a sala de recursos proporciona à aprendizagem dos alunos com necessidades Educacionais especiais.
- Investigar como as atividades lúdicas são realizadas e em que elas auxiliam na relação social e de aprendizagem das crianças.
- Investigar como a construção de uma relação afetiva pode favorecer no desenvolvimento da criança.

O presente trabalho levanta as seguintes questões como hipóteses:

1. Os professores não têm definição completa dos conceitos de ludicidade como forma de ensino-aprendizagem;
2. Atividades lúdicas são a base de um processo de aprendizagem significativa;
3. As escolas buscam oferecer uma educação pautada na ludicidade;
4. Os professores de salas inclusivas tem um ajuda da SEE- DF quanto ao entendimento da NEE do seu aluno com cursos de formação continuada;
5. A ação lúdica e o ambiente lúdico auxiliam diretamente no processo de inclusão da criança NEE.
6. O processo de inclusão depende da inter-relação da escola- família-redes de apoio;
7. O processo de alfabetização torna-se mais prazeroso com a utilização de recursos lúdicos.
8. A utilização de recursos lúdicos torna o processo de alfabetização mais concreto para a criança em sua realidade.
9. A construção do processo de ensino-aprendizagem da criança com NEE está diretamente ligada à relação construída entre professor/aluno por meio afetividade.

Tais hipóteses serão analisadas tendo como base as análises realizadas por meio dos instrumentos de pesquisa utilizados, as observações e entrevistas.

3.3. Observações

A proposta foi da minha inserção em uma turma de 1º ano inclusivo (contemplando uma aluna que apresenta Síndrome de Donw) caracterizando o processo de alfabetização tanto da linguagem oral e escrita quanto de noções matemáticas e a interligação das demais ciências apresentadas na fase escolar. Proporcionando a oportunidade de observação, intervenção, planejamento e execução de atividades tendo como ponto de partida os recursos lúdicos.

Outra abordagem de relevância dessa experiência foi o de vivenciar a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais, proporcionando uma abordagem teórico-prática desse tema de grande importância da educação brasileira.

As observações em sala de aula foram realizadas em uma turma de 1º ano do ensino fundamental da Escola Classe X da Candangolândia, no turno vespertino.

Na sala havia uma particularidade, possuía apenas 13 alunos frequentes, pois recebe uma aluna com NEE, a M, que tem síndrome de down e a turma é inclusiva e reduzida para que a professora possa atender as necessidades da aluna e dos demais estudantes com mais tranquilidade.

A sala dispõe de diversos recursos visuais que auxiliam na assimilação dos conhecimentos adquiridos no dia-a-dia dos alunos. Existem alfabetos de diversos tipos como: utilizando garrafas pets e letras de EVA na frente para depositar objetos que comecem com cada letra do alfabeto que são trazidos pela professora e pelos alunos, tem também um alfabeto com letra em caixa alta e discursiva com uma figura significativa que começa com cada letra, tem um bem colorido que eles mesmos colaram figuras que começam com cada uma, na porta lateral tem um bem colorido com símbolos africanos em cada letra. Acredito que cada um deles teve seu momento de utilização trabalhando integrado com outros temas.

Além dos alfabetos, a sala tem vários recursos que expõe as letras em ordem alfabética, cores, figuras, letras de músicas conhecidas por eles. Todos os objetos da sala têm seu nome escrito como legenda, como por exemplo, porta, filtro, espelho, armário e ventilador.

Conforme a aula vai acontecendo a professora faz atendimentos individuais em sua mesa para tratar de duvidas e erros sobre fonemas e grafemas encontrados nas atividades já realizadas, como tarefas de casa e atividades de sala de aula mesmo.

Uma prática muito visível na atuação da professora é a de instigar seus alunos a pensarem a partir de exemplos simples do dia a dia.

O horário do recreio ocorre no mesmo horário para todo o colégio e tem duração de 20 minutos. Como é uma escola que abrange várias idades, tem um projeto super interessante nesse horário, existem os monitores que são escolhidos pelos professores de todas as turmas e ficam responsáveis por organizar e distribuir jogos e brinquedos durante esse período fora de sala de aula, eles também tem a preocupação de mediar conflitos. São identificados por coletes de cor azul escuro escrito “MONITOR”. Conversando com alguns monitores percebemos que eles dão muito valor a esse papel e que é uma forma também de alcançar status na escola, eles levam a sério o papel de monitor e gostam do que faz. A cada 15 dias são eleitos outros monitores, dando assim oportunidade a todos os alunos da escola.

No caso dos primeiros anos, existe além dos 20 minutos diários de recreio um momento de recreação todas as segundas e quintas-feiras logo após o recreio, possibilitando que eles tenham um maior tempo para brincarem livremente nos espaços de parquinho, campo de futebol e pátio da escola. São 50 minutos de recreação para as três turmas de 1º ano em que eles utilizam a caixa de jogos diversos se optarem por isso ou bolas. O parquinho é o mais escolhido pelas crianças e estabelece um momento de interação entre as turmas. Percebi que muitos preferem brincar a partir do seu imaginário e se isolam em suas brincadeiras não precisando de amiguinhos para se sentir realizados.

Ao retornar da recreação eles passam no espaço do pátio que abrange os bebedouros e banheiros para fazerem a higienização e beber água para que de fato retornem à sala de aula.

Na volta eles retomam alguma atividade ou começam outra que a professora tenha planejado para esse momento, geralmente são atividades simples e rápidas que exijam menos esforços, pois voltam agitados e o tempo restante é pequeno, logo depois é a hora de organizar os materiais e se locomover para o pátio e esperar os pais virem buscar. Essa é uma peculiaridade do 1º ano que se organiza 15 minutos mais cedo que as outras turmas que são liberadas não necessariamente com os responsáveis.

Todos os dias são iniciados com a leitura de uma história trazida pela professora ou mesmo pelos alunos. É um momento destinado a contação de história, não necessariamente sendo esse o método utilizado pela professora, que prefere somente ler a história para as crianças e debater posteriormente o assunto abordado pela história. Que diversifica entre temas de valores, sentimentos, comportamentos até assuntos bíblicos. Mas o que de comum eles tem é a formação das crianças em âmbito global, alertando para a vida e a relação com o próximo.

Em cada atividade corrigida e detectada erros o aluno é chamado e questionado sobre tal questão, fazendo com que eles mesmos percebam seu equívoco e conserte-o em seguida. Essa analise é feita na mesa da professora onde ela atende sempre seus alunos, não há o costume de circular na sala nem ir à mesa de cada um. Os alunos são requisitados e se deslocam até a mesa da professora.

As atividades realizadas pela professora regente apesar de seguir uma linha tradicional de abordagem, por algumas vezes tentou-se uma maneira que utilizasse recursos diferenciando a aula tornando-as mais diversificadas e atraentes para os alunos nos dias em que observei. Considerando que ela tinha as datas que eu iria comparecer à escola para ver suas aulas, creio que pensou em formas mais divertidas para trabalhar a criatividade das crianças.

Houve em um dia de observação uma única atividade durante todo o período da aula sendo extensa, porém uma atividade interativa e que todos participaram de forma igualitária. Consistiu em uma produção de texto coletivo

a partir de figuras retiradas de uma lata que continha diversas gravuras sem muita relação entre elas retiradas de revistas. Cada aluno retirava uma figura e construía um parágrafo a partir dela, o próximo colega daria sequencia a historia a partir da figura retirada por ele aleatoriamente da lata, conforme cada criança retirava a gravura criava a partir dela a história que seria complementada pelo colega e formaria a história da turma. Eles construíam seu parágrafo na forma oral e a professora escrevia em uma folha de forma estruturada. Após a escolha do titulo e o fechamento da historia de acordo com a turma através de votação foi proposto que as crianças copiassem esse texto coletivo do quadro. Foi ressaltada também a importância do cabeçalho, do título em lugar de destaque. Foi marcado o espaço dos parágrafos no caderno de cada um e a cada parágrafo escrito, a professora conferia cada um nas suas mesas, atentou-se também à necessidade de pular linhas depois do título, a separação de palavras nas linhas e escrever até a linha acabar e se acabar saber separar a palavra e continuar na linha de baixo. Segundo depoimento da professora era a primeira vez que eles copiavam do quadro.

A história construída foi:

Os mexicanos comiam comida mexicana num restaurante no México.

Lá no restaurante vendia celular e moto.

Eles saíram do restaurante pra ir pra casa de carro.

Quando eles chegaram em casa ,eles falaram para alguém abrir o portão para entrar o carro.

Depois que chegaram em casa, tomaram banho e passaram perfume.

No outro dia o chefe deles deu férias para eles irem para a praia andarem de barco.

Depois de andarem de barco eles foram num restaurante comer frutas.

Mais tarde, eles foram para a casa da avó tomaram banho, passaram desodorante e voltaram para a casa deles porque as férias tinham acabado.

Posteriormente eles fariam a ilustração e colocariam os nomes dos autores, fato que muito agradou as crianças por se sentirem importantes e reconhecidas na confecção do texto.

Em todas as atividades foram utilizadas letras em caixa alta que são as mais utilizadas para não dificultar ainda mais o início de tão complexo

processo, que é o da aquisição da linguagem escrita. Afinal, o que é escrito na sociedade, geralmente, não está registrado com a letra cursiva. Desse modo, as relações com a função social da escrita ficariam mais evidentes. Considerando o aspecto que diz respeito à motricidade: a letra dita caixa alta (ou bastão) é de fácil traçado e suas formas não confundem tanto quanto as da letra cursiva. O uso da caixa alta foi instituído para a representação direta do Alfabeto Móvel, através do qual se pode clarificar para o alfabetizando que a escrita de qualquer palavra "pensada" ou falada é possível utilizando-se apenas aquelas 26 letras, dependendo da forma como as combinamos.

A turma demonstra um bom comportamento, o que é comentado e cobiçado pelas demais professoras da escola. Eles conseguem se organizar sem muita ajuda, ficam nos lugares corretos, falam baixo, não corre em sala e quando quer falar levantam a mão esperando que a palavra seja lhe concedida. Na hora do lanche, organizam seus lugares e esperam pacientemente na fila para receber o lanche e ao devolvê-lo organiza as sobras de comida e colocam o prato em ordem com a colher em cima.

Em dias de chuva, as crianças ficam retidas no espaço do pátio no horário do recreio e a recreação é realizada na sala de aula conforme cada professora preferir, a turma que acompanhei em 2 vezes não teve esse momento que foi substituído por atividades cotidianas, nas outras 3 vezes houve um momento que a professora liberou os alunos para escolherem os jogos da caixa e brincarem no fundo da sala até a hora da saída. Os mais escolhidos foram os legos e os castelinhos para construir cidadezinhas. Quando ocorre alguma desavença e a professora percebe chama a atenção e eles mesmos têm que resolver a situação pedindo desculpas e conversando para chegarem a um acordo.

Outros recursos visuais utilizados na sala de aula da alfabetização alem de fatores de letramento são fatores que alfabetizam em outras matérias, como matemática e fazem parte do dia a dia são: tabela com os números de 0 a 99 em ordem crescente, números com figuras demonstrando as quantidades, as famílias das letras, calendário em que acompanham os dias e meses do ano, o cantinho do quantos somos em que consta a quantidade de meninas e

meninos que estão presente naquele dia e alguns cartazes com palavras de gentileza para gerarem mais gentileza na relação das pessoas na escola.

Observei que os alunos têm ritmos de desenvolvimento bem diversificados tornando o trabalho da professora diferente com cada um dependendo da atuação nas atividades e o preparo para as demais atividades propostas. Essa heterogeneidade em sala e a ausência da família no desenvolvimento da criança dificultam o trabalho da professora, inúmeras vezes foi constado que ela mandava a criança apagar a tarefa de casa por que tinha sido feita por outra pessoa (no caso a irmã mais velha) sem a preocupação ao aprendizado e desenvolvimento, então ele tinha que fazer tudo em sala o que atrapalhava nas demais atividades. Os trabalhos atrasados por faltas ou porque não fizeram em casa eram realizados no horário da recreação como forma de punição e também a fim de que todos alcançassem o mesmo patamar.

O 1º ano é uma fase de grande importância na aprendizagem da criança, é nessa etapa que elas adquirem uma grande quantidade de informações e que desenvolvem a capacidade de influência mútua entre as disciplinas para sua integral construção e desenvolvimento global.

Atividades que trabalham a psicomotricidade apesar de não ser prioridade são realizadas através de atividades do livro didático onde o educando tem a oportunidade de refletir sobre o pensamento do autor e desenvolver o seu próprio pensamento. A psicomotricidade é resultado de atividades consideradas simples que visam: Motivar a capacidade sensitiva através das sensações e relações entre o corpo e o exterior (o outro e as coisas); Cultivar a capacidade perceptiva através do conhecimento dos movimentos e da resposta corporal; Organizar a capacidade dos movimentos representados ou expressos através de sinais, símbolos, e da utilização de objetos reais e imaginários; Fazer com que as crianças possam descobrir e expressar suas capacidades, através da ação criativa e da expressão da emoção; Ampliar e valorizar a identidade própria e a auto-estima dentro da pluralidade grupal; Criar segurança e expressar-se através de diversas formas como um ser valioso, único e exclusivo; Criar uma consciência e um respeito à presença e ao espaço dos demais.

Organização dos jogos e da sala se da por atitude das crianças que ao toque da professora já sabem o que fazer e como devem agir, não houve ocorrências de resistência quanto a organização e ao tempo destinado as atividades intra e extraclasse.

No desenvolver das atividades e na ocorrência das necessidades especiais da aluna “M” a ajuda dos colegas é solicitada conforme a professora entende necessária, como nos casos de ir ao banheiro, lanchar e levá-la à monitora na hora do recreio, que é quem fica responsável por cuidá-la nesse período juntamente com mais duas crianças que tem necessidades educacionais especiais diferentes da síndrome de donw. Um tem paralisia cerebral e outro é deficiente físico. Nas oportunidades em que são solicitados para auxiliá-la em suas dificuldades mais aparentes são prestativos e desenvolve de maneira agradável o que é pedido.

Ao mesmo tempo a aluna “M” é um caso isolado no que diz respeito a sala de aula como um todo em sua rotina diária. Ela não realiza as atividades que os demais desempenham na sala, fica isolada das atividades e do convívio em sala, não mantém comunicação. A professora colocou que não entende o que ela fala e nem consegue falar com ela, a comunicação e realizada através de gestos e por imposições feitas pela professora como no caso em que ela não queria entrar em sala e foi colocada de forma forçada. Seu atendimento é no lugar, ao contrario dos demais que vão até a sua mesa. A relação com alguns alunos é complicada, pois não entende as suas necessidades e brigam por materiais que ela mexe ou que ela coloca na boca estragando-os.

Houve um episódio em que ela foi retirada de sala para ir até a sala de recursos, ao perguntar o porquê à professora e obtive como resposta que, o certo seria ela frequentar a sala de recursos no turno contrário ao de aula, mas que isso não acontecia porque a mãe não podia levá-la. Então o atendimento era feito naquele horário mesmo e ela não perdia nada, não a prejudicaria. Além de não fazer parte da maioria das atividades, ela prefere sentar no cantinho da sala e faz constantes barulhos altos com a boca chegando até a gritar, o que a deixam ainda mais isolada.

Pude perceber que é uma criança curiosa, pois a me ver escrevendo já queria saber do que se tratava. Apesar de não se comunicar com palavras,

conseguimos nos relacionar através de gestos, sorrisos e caras feias também. Ela é super carinhosa e de fácil aproximação, mas parece que ela não se lembrava de mim quando demorava mais de três dias para voltar, era necessário novamente tentar aproximação.

O comportamento da professora à primeira impressão é de muita serenidade, calma, seu tom de voz é baixo e tem muito respeito em sala, mas presenciei atitudes de repressão às crianças. As crianças demonstram que tem receio de se colocarem, pois são contidas de forma árdua pela professora, chegando a tal nível que não questionam em suas dúvidas. Ela se mostra inquieta às omissões dos alunos, mas não os oferece abertura para se relacionarem, mas basta responder o que é perguntado por ela e se a resposta não for a que ela espera o clima fica carregado.

3.4 Aplicação de atividades lúdicas na turma

Como parte do estágio foi realiza também a minha intervenção como estagiária. Confiando e esperando que o lúdico proporcionaria oportunidades de um bom desenvolvimento e aprendizagem através de aulas mais prazerosas e que os alunos se sentissem integrantes ativos desse processo, utilizamos em cada aula um recurso diferente dos utilizados no dia a dia deles e oferecendo oportunidades de acesso aos diversos recursos, que apesar de simples fizeram diferenças visíveis na aulas.

Relatarei algumas experiências vividas nesses dias com a avaliação das aulas para expressar como as aulas com atividades lúdicas proporcionam uma forma mais ativa de aprendizagem. Os planejamentos das aulas seguirão em anexo.

A primeira regência teve como tema: Quebrando o gelo - apresentação e socialização da turma. A aula iniciou-se com a rodinha para uma melhor apresentação entre os membros do grupo para com a professora e entre eles. Os fatores explorados foram onde mora, com quem, o que mais gosta e informações adicionais. Levei uma caixa surpresa que continha algumas

perguntas que proporcionariam uma conversa mais organizada e prazerosa, o diferencial dessas perguntas é que eles mesmos tinham que sortear e ler a pergunta para responder posteriormente, assim já faria uma leitura do nível de alfabetização de cada um e do geral da turma, quem tinha dificuldades eu auxiliava não ocasionando nenhum tipo de constrangimento. Falamos sobre família, escola, amigos, jogos, Hobbes e comidas preferidas.

Em seguida voltamos aos lugares de origem e propus que confeccionassem os crachás pré-estruturados utilizando o material que levei, tinha adesivos, gravuras coloridas, tintas e cola. Cada um fez uma personalização no seu crachá e sentiram orgulho em colocá-los no pescoço. Foi feito em papel canson branco e envolvido em barbante colorido. O resultado final ficou belíssimo.

Após todos da rodinha participar e confeccionar os crachás pedi que eles representassem o que mais gosta de fazer através de massinha de modelar no prato de isopor. Assim surgiram jogos de futebol, natação, brincadeiras de casinha e de boneca. Usaram e abusaram da imaginação e criatividade.

Outro momento importante foi o de retomar os combinados da sala, apesar de não ter ocorrências graves, e de colocar a tabela com os nomes deles e as estrelinhas adquiridas a cada dia de regência minha como forma de reconhecimento e incentivo.

Foi um dia bastante tranquilo apesar das olhadas de repressão que a professora me dava, as crianças interagiram nas atividades e se propuseram a realizar o que foi pedido. Apresentaram-se bastante tímidas no início, mas rapidinho se soltaram e aproveitaram da oportunidade de falar sobre coisas que são interessantes para elas. A aluna “M” sentou na rodinha porque foi obrigada pela professora, mas não teve participação ativa no desenvolver das dinâmicas, eu fiz o crachá dela e dei a massinha e o prato pra que ela fizesse, mostrei como era. Deixei fazendo e quando percebi, ela estava comendo a massinha, desesperada tentei tirar e perguntei o que fazia naquela situação, a professora me disse que não precisava fazer nada, deixasse os dentes dela cheios de massinha mesmo. Sai entristecida por não saber como alcançar a

aluna “M” e terminar repetir nas minhas intervenções a situação de segregação dela com as demais crianças.

A segunda regência foi de matemática: trabalhando unidades, dezenas e centenas com material concreto. Ao chegar, eu distribui o tapetinho e os objetos para contagem, explicando a maneira que irão trabalhar com ele. Cada dupla ou trio trabalharam juntos com os recursos.

A turma foi dividida em duas ou três equipes e será proposto o jogo de boliche. O jogo formado por 6 garrafas, cada uma com um número (de 0 a 5). Cada criança pode jogar uma vez a bola nas garrafas, anotando o número de pontos. Ao final, será feita a soma das três maiores pontuações de cada equipe por meio dos objetos para contagem e tapetinho, revelando a equipe vencedora. Os vencedores receberam uma premiação, um balão.

Nesse dia tive uma experiência muito proveitosa. Primeiro porque fiquei responsável pela turma por completo, a professora tinha uma consulta e como era um dia destinado para a minha regência, decidimos que eu ficaria com eles. Senti que eles se soltaram mais em questões de comportamento, como a atividade proporcionou uma interação maior e exigia uma organização por parte deles, foi mais difícil, ao se organizarem para jogar a bola nas garrafas houve alguns atritos entre eles. Se divertiram bastante e a cada palito que eles conquistavam era uma festa. Nas mesas e em duplas eles fizeram as adições dos palitos e a cada dez envolviam na liguinha agrupando as dezenas e colocando nas casas contidos no tapetinho. Fizeram a atividade tranquilamente e demonstraram um envolvimento proveitoso da atividade proposta. Me senti uma professora de verdade e mais livre para fazer o que a turma necessitava instantaneamente e não tendo a repressão dos olhares da professora. Quanto as atividades se envolveram e demonstraram interesse e realizaram as atividades com intusiasmo, trabalhar com o tangram foi divertido e usaram de muita imaginação para criar formas com as partes do tangram. Eles tentaram compor diversas formas e copiar as que estavam expostas no quadro, como estava dificil segundo eles permiti que criassem livremente usando do espaço da folha A3.

Ao finalizar a aula perguntei a eles o que tinham achado da aula, todos responderam que tinha sido muito boa e que adoraram brincar de boliche e

fazer as continhas. Manusearam os tapetinhos e os palitos com muito gosto. A aluna “E” colocou que nem parecia que a gente tava na escola, brincamos tanto e aprendemos também de forma bem legal.

Senti algumas vezes que eles só levavam a sério quando tinha uma atividade escrita e precisava me mostrar para comprovar que tinham realizado. Era o que a rotina deles oferecia como conceito de escola.

Em outra experiência fizemos a rodinha para ouvir primeiramente as músicas, perguntá-los do que falam as músicas e o que eles sabem sobre esse tema. Apresentei-os a pirâmide alimentar explicando superficialmente a divisão dos alimentos dando ênfase na importância de cada um. Após a conversa organizei nos cartazes a divisão entre os alimentos mais saudáveis e os menos saudáveis escrevendo ao lado das figuras os nomes.

Depois da dinâmica dos cartazes, cada aluno escolheu um alimento aleatoriamente e contextualizou para encaixar no texto coletivo onde todos darão a sua contribuição e copiaram do quadro em seus cadernos o “nosso texto”.

A atividade realizada foi proveitosa e de grande valia para o aprendizado das crianças e para o meu, deparei-me com obstáculos para explicar o porque que algumas palavras eram escritas daquele modo e outras regrinhas da língua portuguesa que preciso de um aprofundamento e melhor preparo para lecionar.

Como não houve recreação por conta da chuva, a professora me propôs que fizesse uma brincadeira com eles nesse momento sugerindo forca ou corre cotia. Aproveitei que tinha uma carta na manga e apliquei uma adaptação de imagem e ação que tinha feito para o primeiro dia de regência e terminei não utilizando. Então mediei todo esse momento em que dividi a turma em dois grupos A e B e um de cada grupo retirava da bolinha papel com um nome entre animais, objetos, pessoas e ações, tinham que ler e imitar. O grupo que primeiro acertasse, ganhava os pontos da rodada. Ao final agradeci a compreensão e participação deles e entreguei um balão como prêmio ao grupo vencedor. Muitíssimo divertido!

CAPÍTULO IV

ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise será organizada em dois momentos, sendo o primeiro a descrição das respostas das entrevistas com os professores de salas inclusivas, sendo que a professora “C” foi acompanhada por 2 meses em sua prática, e as respostas da professora da sala de recursos. O segundo momento será de sistematizados os dados recolhidos com as informações por meio da observação. São feitas considerações e reflexões sobre os coletados durante sua descrição.

De acordo com Gil:

> a análise tem como objetivo organizar e sumarizar os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos (1989, p. 166).

Assim, na análise o pesquisador prende-se aos dados coletados, já na interpretação este remete aos conhecimentos já adquiridos fazendo uma ligação entre realidade e teoria.

4.1. Entrevistas

A entrevista foi realizada com a professora regente que acompanhei e um professor também de sala inclusiva que desenvolvia suas atividades no turno matutino dividindo, portanto a mesma sala de aula e recursos visuais colocados nela. Atualmente os professores trabalham no mesmo período, no turno da manhã. A entrevista foi divida em blocos de interesse com o objetivo

de abranger os aspectos principais do tema abordado. Elas foram gravadas e posteriormente transcritas para que fossem analisadas (seguem anexadas).

4.2 Análise das entrevistas

- **Formação dos profissionais entrevistados**

Os profissionais entrevistados são formados em pedagogia, concursados pela Secretaria de Educação e desenvolvem seus trabalhos atualmente na escola pesquisada depois de terem trabalhado em outras escolas no DF. A professora C já leciona há vinte e seis anos em classes de alfabetização, o professor N há sete anos e a professora F há sete anos na sala de recursos.

A professora C possui diversos cursos de formação continuada na área de alfabetização como: Vira Brasília educação; alfabetização e linguagem – estratégias de leitura e escrita; aquisição da leitura e escrita nas séries iniciais; PROFA- formação de formadores; Parâmetros em ação; alfabetização enfoque construtivista; alfabetização; ação no processo de alfabetização.

Uma questão importante colocada pela professora C foi a que se trata da escola ou Secretaria de Educação não oferecer alguma formação para o atendimento de crianças com necessidades educacionais especiais e que se faz necessário procurar alguma formação por conta própria. Para ela, a Secretaria de Educação não ofereceu nenhuma formação, mas que ela procurou artigos que falassem sobre síndrome de down, pois teve que acompanhar uma aluna que apresenta dificuldades e não tinha orientação adequada, não se sentiu apta em atendê-la em suas necessidades.

A formação continuada dos professores se faz necessária para que possam aprofundar-se em aspectos não trabalhados com abrangência no curso de pedagogia. Assim como a sociedade sofre transformações contínuas a área de educação consequentemente deve acompanhar suas

transformações. Como a inclusão se faz necessária na sociedade deve haver também uma continuação desse tema no processo educativo.

- **Inclusão**

A escola pesquisada é inclusiva atendendo aos alunos da comunidade e demais escolas da Candangolândia. Possui em sua estrutura física um espaço destinado aos atendimentos individualizados e em pequenos grupos em horário contrário com as crianças com necessidades educacionais especiais, a sala de recursos. Em seu comando está a professora F que toda sexta-feira faz cursos nas oficinas pedagógicas e participa de encontros propostos pela Regional de Ensino do Núcleo Bandeirante para melhor atender as dificuldades dos alunos da escola e se especializar em algumas necessidades mais específicas.

Para que a escola consiga um bom trabalho é preciso que haja um trabalho em equipe. Todos os participantes do processo de inclusão são responsáveis pelos resultados e pelo processo em si. A escola tem papel fundamental na inclusão das crianças que apresentam necessidades educacionais especiais. Os professores, a direção, a comunidade e a família, assim como as redes de apoio, devem manter um diálogo que proporcione o desenvolvimento pleno das crianças e a sua aprendizagem significativa.

Segundo Vygotsky (1987), a pessoa com necessidades especiais necessita da interação social e da inserção na cultura, que possibilita relacionamentos e conflitos essenciais para o seu desenvolvimento. Esta interação, quando feita de modo adequado, influencia a construção e desenvolvimento dos processos mentais superiores, o pensamento, a linguagem e o comportamento

Os professores entrevistados não tinham tido experiências com a inclusão escolar sendo a experiência dessa pesquisa seus primeiros contatos com o processo de inclusão. Dizem-se a favor da inclusão por ser uma forma de integração dos sujeitos na sala de aula. Porém com uma ressalva da professora C que expõe*: "Mas eu vejo que uma escola que se diz inclusiva não consegue atender a criança em todas as suas necessidades. Proporciona*

oportunidades de aprendizagem e socialização, mas o desenvolvimento cognitivo muitas vezes não é alcançado."

Sua colocação expõe as falhas que a escola considerada inclusiva ainda apresenta por não ter um preparo significativo em sua estrutura e na formação dos seus profissionais, não alcançando um desenvolvimento significativo das crianças com necessidades educacionais especiais. No caso especial de sua aluna M, a escola não conseguiu, assim como ela, que ela se desenvolvesse como o esperado. Não desenvolveu a linguagem e nem conseguia realizar as atividades propostas. Diante as observações realizadas notei que sua participação era secundária e muitas vezes ignorada na rotina de sala de aula.

Na fala da professora C destaca a falta de acompanhamento especializado: *"No caso dessa aluna não tinha um acompanhamento, a família não desenvolvia as necessidades dela apesar da escola chamar varias vezes e indicar profissionais pra ela".* Como a aluna não tinha um acompanhamento extra-classe para ampliar outros aspectos envolvidos no seu desenvolvimento não houve uma real inclusão no cotidiano escolar e no seu desenvolvimento consequentemente. O que a escola optou no final do ano, foi a de passar a aluna para a classe especial por um tempo até que ela conseguisse desenvolver aspectos mais primários para a convivência com as demais crianças como a fala.

Com essa iniciativa da escola a mãe não aceitou a decisão e mudou-a de escola. Não podendo continuar se deslocando com ela para a outra escola terminou tirando da escola. Essa evasão é uma consequência da não inclusão dela no sistema escolar.

Já no caso do aluno G percebe-se que avançou muito com o processo de inclusão, considerando também que teve um acompanhamento mais eficaz das redes de apoio e da família. O desenvolvimento na escola foi somente uma consequência de todo o cuidado que teve por parte da família. O acompanhamento na sala de recursos se fez importantíssimo no desenvolvimento motor e intelectual do aluno. Como diz o professor N "*Toda semana ele tem acompanhamento no Hospital Sarah Kubitschek com profissionais de medicina. O trabalho surte ótimos efeitos que são visíveis na*

sua conduta em sala. Pra nós que acompanhamos o dia a dia é nítido o seu desenvolvimento. Faz também, uma vez na semana, um trabalho com a ecoterapia".

Sua fala demonstra o quanto é importante que a família da criança busque alternativas fora do ambiente escolar para conseguir um avanço significativo no desenvolvimento integral da criança.

- **Ludicidade**

Para os três profissionais, a ludicidade torna-se importante no processo de aprendizagem de seus alunos por ser uma forma mais divertida de aprender, que desperta mais interesse neles. Como fica claro na fala do professor N *"É uma forma de trabalhar os conteúdos de um jeito mais divertido, proporcionando uma maior integração e desenvolvendo a aprendizagem".* Já a colocação da professora C expressa uma definição de ludicidade superficial: "*Eu entendo como uma prática em sala de aula que você trabalha além dos livros, uma coisa mais formal, você trabalha com jogos*", que engloba somente os jogos como forma de trabalhar ludicamente em suas aulas. Nas observações percebi que não faz parte da sua prática pedagógica as atividades de cunho lúdico, é preferível atividades mais tradicionais que mantenham as crianças sentadas em suas cadeiras individualizadas.

Quanto aos recursos utilizados para facilitar a aprendizagem de seus alunos, os professores citam que utilizam: cantigas conhecidas por eles que estimulam a leitura incidental, jogos pedagógicos, brincadeiras, alfabeto vivo, cartazes. Enfim qualquer recurso que permita que os alunos comparem e questionem suas hipóteses. Cita que mais no início do ano eles utilizam recursos lúdicos e gostam dos jogos, utiliza dominós, jogo da memória, trinca e etc. Esses ajudam na associação de figuras x letras, figuras x palavras e palavras x palavras. Os jogos são oferecidos de acordo com a necessidade da turma pela escola dentro de suas possibilidades.

Para Froebel, a melhor maneira de educar é utilizando o lúdico como arte, proporcionando atividades, auto-expressão e participação. É preciso

considerar a criança como criadora e despertar, mediante estímulos, as suas faculdades próprias para a criação produtiva.

Na concepção do professor N o lúdico tem sua importância no processo de inclusão e aprendizagem da turma de modo coletivo pela troca de experiências construídas nessas atividades: "*Com certeza nas atividades desenvolvidas através da ludicidade os alunos se envolvem mais, auxiliam o que tem necessidade tanto quanto ao processo de acesso, locomoção como no cognitivo.*"

A ludicidade é trabalhada também nos atendimentos da sala de recursos e destacada sua importância para desenvolver um trabalho produtivo como destaca a professora F "*As atividades realizadas com as crianças são lúdicas e visam despertar o interesse e o desenvolvimento da psicomotricidade, desenvolvimento motor, linguagem e demais fatores envolvidos no desenvolvimento integral da criança".*

- **Processo de alfabetização**

Em relação aos desafios enfrentados pelos professores para alfabetizar foram citados os seguintes: atender as necessidades individuais, a falta de acompanhamento dos pais e responsáveis e a demora no atendimento das crianças encaminhadas para o SOE (serviço de orientação educacional) para posterior encaminhamento aos profissionais especializados.

O processo de alfabetização se faz de forma ampla e necessita do apoio continuo da família para que ocorram avanços e entendimento na relação da linguagem oral e escrita por meio de códigos utilizados na sociedade.

Na escola, como diz Piaget (1997), o centro de aprendizagem é o aluno, que aprende e constrói seu conhecimento de acordo com as ações do meio. O processo de ler/escrever envolve: lembrar, raciocinar, avaliar, o que pressupõe compreender e interpretar idéias associando às experiências possuídas.

Ao questionar sobre o método utilizado a professora C coloca que não seria um método e sim uma proposta construtivista, por permitir ao aluno construir o seu conhecimento, levantando e comparando suas hipóteses, tendo o professor como facilitador desse processo. Já o professor N expõe que

costuma utilizar mais o método silábico por achar que nunca sairá de moda, gosta de trabalhar com esse método. Porém, ambos colocam que não se restringem a um só método e costumam utilizar de vários até alcançar o aluno tendo necessidades especiais ou não. Na fala da professora C fica clara essa colocação, "*Agora quando uma criança tem mais dificuldade do que as outras eu lanço mão de todos os recursos que tiver, se tiver que usar família silábica eu uso e vou tentando outras coisas até atingir a criança.*"

Os principais saberes necessários ao professor alfabetizador de crianças citados por ela são: entender o processo da leitura e escrita, conhecer os níveis da psicogênese para propiciar atividades que permitam que ao aluno comparar suas hipóteses, para enriquecê-las.

O lúdico torna-se ferramenta indispensável para auxiliar o processo de alfabetização já que a função do lúdico é também de ajudar a criança a utilizar do imaginário para entender certos aspectos da linguagem escrita ainda desconhecida em seu mundo, pois quando a criança deseja vivenciar determinada situação ou brincar com um brinquedo que não é possível naquele momento, ela se utiliza de uma representação quando pega outro objeto, que para ela possui alguma semelhança com o objeto a ser representado e passa a imaginar o brinquedo ou situação. Ela envolve-se em um mundo ilusório e imaginativo para satisfazer essa vontade.

- **Afetividade**

A questão da afetividade perguntada aos professores foi considerada como aspecto imprescindível para uma relação produtiva com os alunos tendo dificuldades ou não. Para a professora C "*Com certeza a afetividade é necessária com qualquer criança independente se ela tem necessidade especial ou não. Com minha aluna eu tentei que ela se adaptasse com a turma e a turma com ela, a turma foi muito receptiva por já conhecer da outra escola. Sempre procurei tratá-la como as outras crianças, as regras são as mesmas, lógico que dentro das limitações dela".*

Para a professora é importante ter essa relação de afetividade, mas o que foi observado em sua sala de aula foi uma prática com poucas

demonstrações de afeto. A turma demonstrava medo ao perguntar e ao colocar suas opiniões. Com a aluna M percebi uma falta de paciência e raras demonstrações de afeto com intuito de aproximação, o que dificultava uma relação de troca entre ambas.

É preciso humanizar o professor, desmistificando a idéia de um profissional sem sentimentos e emoções, cruzando as experiências e aprendizagens dele com a dos alunos, contribuindo assim para socialização, afetividade e valorização do "ser". Os professores devem conhecer seus alunos, suas capacidades e vontades, e oferecer a estes, o que for necessário para auxiliá-lo em seu desenvolvimento. Apenas assim seria possível contribuir na construção do conhecimento de cada aluno (BLANCO, 2004).

Já para o professor N a afetividade é *necessária "Com certeza no desenvolver do cotidiano criamos uma relação afetiva com os alunos e a cada conquista deles nos sentimos vitoriosos também. Ele leva os acontecimentos para a família e mantemos um contato direto sobre seus avanços, de acordo com suas colocações a mãe me traz um feedback."*

Portanto, é impossível continuar excluindo a afetividade do espaço educacional, pois a afetividade está intrinsecamente ligada à cognição, constituindo fator essencial na vida escolar, precisando que o professor esteja ciente dos problemas que pode enfrentar e estar preparado para resolvê-los.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a minha trajetória no curso de pedagogia tive contato, mesmo que indiretamente, com o tema trabalhado como trabalho final de curso e despertou em mim a vontade de investigar mais a fundo como acontece o processo de inclusão na Rede Publica de Ensino do DF. Acredito que consegui alcançar meu objetivo de investigação, pontuar os fatores responsáveis por esse processo tão importante e abrangente.

No estudo da prática pôde ser percebida a relação entre o lúdico e a inclusão escolar para alcançar uma aprendizagem significativa. Os educadores entrevistados percebem esta relação, reconhecendo que ela acontece na rotina de sala de aula e é importantíssima para que o processo de inclusão se consolide de forma a satisfazer os todos os envolvidos nesse processo.

E é nessa dinâmica de pesquisas e ações que o aluno pode se deparar com situações de crescimento pessoal e profissional, tornando-se um ser humano mais reflexivo e consciente de seus atos e da contribuição social que o seu trabalho desenvolve. Educar é preparar para a vida e esse papel é de fundamental importância para os indivíduos e para a sociedade como um todo.

A visão dos professores sobre a temática da inclusão é ainda imprecisa, pois não conseguem acompanhar tais mudanças na rotina em sala de aula, não lhe são oferecidas oportunidades de aprofundamento dos conhecimentos em necessidades existentes e exaltam a falta de saberes para abranger as diversas necessidades educacionais.

Ao ser indagada sobre qual era a necessidade de sua aluna, a professora C responde como “Síndrome de Down” somente, demonstrando assim, que a questão médica que a nomenclatura propõe reforça e não resolve a problemática do rótulo colocado nas crianças que terminam justificando a falta de aprendizagem. A professora, portanto, não citou suas necessidades para aprender como a dificuldade na linguagem e na coordenação motora e sim rotulou a criança com sua síndrome tentando justificar o processo de aprendizagem carente.

De certo que a inclusão se concilia com uma educação para todos e com um ensino especializado para aluno, mas não se consegue implantar uma

opção de inserção tão revolucionária sem enfrentar um desafio ainda maior, o que recai sobre o fator humano. Os recursos físicos e os meios materiais para a efetivação de um processo escolar de qualidade cedem sua prioridade ao desenvolvimento de novas atitudes e formas de interação, na escola, exigindo mudanças no relacionamento pessoal e social e na maneira de se efetivar os processos de ensino e aprendizagem. Nesse contexto, a formação do pessoal envolvido com a educação é de fundamental importância, assim como a assistência às famílias, enfim, uma sustentação aos que estarão diretamente implicados com as mudanças é condição necessária para que estas não sejam impostas, mas imponham-se como resultado de uma consciência cada vez mais evoluída de educação e de desenvolvimento humano.

Através da analise dos dados coletados é possível confirmar algumas hipóteses que serviram como base para a presente pesquisa.

A entrevista respondida pelos professores demonstra que a inclusão não é um tema muito abordado na formação de professores, sendo que os dois entrevistados responderam que não tinham conhecimento amplo sobre este tema e construíram através da prática seus conhecimentos sobre o tema o que não consideram suficientes. Após terem contato com essa realidade os entrevistados demonstram uma compreensão sobre o assunto, mas mesmo assim precária, não abrangendo todo o conceito e não conseguindo alcançar seus alunos de forma satisfatória.

O desconhecimento das redes de apoio por parte dos professores e da família torna-se um fato que impossibilita um acompanhamento maior do desenvolvimento do aluno. As responsabilidades são repassadas e não cria-se um sentimento de comprometimento com esse processo.

Os professores não têm definição completa dos conceitos de ludicidade como forma de ensino-aprendizagem, já que definem de forma superficial como uma forma de utilizar outros recursos se não caderno e livro pra ensinar algo apenas com a utilização de jogos e brinquedos com o objetivo de estimular o aprendizado. Os professores evidenciam por meio das respostas da entrevista que não tem clareza de seu conceito. Porém, o fato de o lúdico despertar o aluno para o aprendizado tornando-o prazeroso é afirmado pelos professores.

A partir das entrevistas e da observação é demonstrado que o lúdico proporciona prazer na aprendizagem e possibilita que ela seja construída de maneira prática. Mostrando que as atividades lúdicas são a base de um processo de aprendizagem, já que estimulam as crianças a descobrir e construir seus conceitos a partir da experiência vivida em situações de brincadeiras, visto que os alunos se sentem mais estimulados a compartilhar ideias e conhecimentos em um ambiente lúdico. Tal fato é percebido quando os alunos se sentem estimulados a escrever espontaneamente sobre uma experiência que tiveram no momento de descoberta.

A escola busca oferecer uma educação pautada na ludicidade, já que em seu PPP o tema torna-se proposta marcante em sua prática e propõe como objetivo da escola "*Tornar o processo ensino-aprendizagem mais atrativo e dinâmico, viabilizando projetos específicos que visem o desenvolvimento global do aluno, assegurando a sua participação no processo crítico e reflexivo de condição no contexto social em que vive"* confirmando a hipótese de que as escolas buscam oferecer uma educação pautada na ludicidade. Porém, diante das observações, o lúdico em sala de aula aparece restrito à utilização de recursos físicos, como jogos e brinquedos praticados em tempos restantes da aula ou na falta de alguma atividade planejada.

Neste trabalho notou-se que os educadores têm o objetivo de promover o aprendizado aos alunos de maneira prazerosa, e acreditam que o lúdico é a melhor maneira de fazê-lo, porém, não tem clareza do que seja o lúdico, não tendo formação para trabalhá-lo de maneira adequada resumindo essa pratica ao uso de algo diferente dos mais utilizados como caderno e lápis.

O desconhecimento por parte dos professores de salas inclusivas quanto ao auxílio da SEE- DF com cursos de formação continuada faz com que eles afirmem que a SSE-DF não oferece assistência aos professores de salas inclusivas e eles devem dar conta por conhecimentos próprios e através de pesquisas particulares sobre cada necessidade.

Na hipótese de que a ação lúdica e o ambiente lúdico auxiliam diretamente no processo de inclusão da criança NEE pode ser confirmada pelos relatos dos professores que demonstram que um ambiente que proporcione uma interação maior e consequentemente uma criação de vínculos

torna o processo de inclusão mais significativo dentro daquele ambiente, facilitando um conhecimento maior do outro e uma valorização do papel de cada um naquele espaço. Proporciona um acolhimento e mais respeito às diferenças fato que levarão para o resto da vida.

Outro fato que se tornou claro no processo de inclusão foi a relação entre os participantes desse processo, escola/família/redes de apoio afim de um desenvolvimento pleno da criança com NEE. Confirmando assim a hipótese que o processo de inclusão depende da inter-relação da escola- família- redes de apoio. Podemos perceber pela comparação das duas crianças participantes dessa pesquisa. A aluna M que não teve acompanhamento pelas redes de apoio e a família não manteve uma relação direta com a escola para compartilhar as necessidades e possíveis apoios fora da escola terminou não alcançando uma inclusão da forma proposta por lei e resultando na mudança de escola e posteriormente na evasão escolar. Já o aluno G tem um acompanhamento médico, pratica ecoterapia regularmente e participa dos trabalhos realizados na sala de recursos mostrando que a família desenvolve todo um acompanhamento e busca os auxílios necessários ao seu desenvolvimento. Com esse diálogo contínuo houve sim um desenvolvimento significativo e uma inclusão em sala de aula.

Em relação ao desenvolver do processo de alfabetização fica claro a importância de recursos lúdicos para que os alunos desenvolvam uma aprendizagem significativa, já que nessa fase é necessário que a criança consiga usar da imaginação para entender os novos códigos apresentados a ela e isso é alcançado através do brincar. Confirma-se então que o processo de alfabetização torna-se mais prazeroso com a utilização de recursos lúdicos.

A utilização de recursos lúdicos torna o processo de alfabetização mais concreto para a criança em sua realidade. Já que ao se utilizar de materiais palpáveis para construção do conhecimento por meio de palavras que fazem parte da sua realidade de aprendizagem, a criança faz a relação entre o novo e o que já é sólido para ela.

Por fim a afetividade torna-se aspecto relevante para o processo de ensino-aprendizagem de qualquer criança, principalmente a que tem necessidades educacionais especiais por necessitar de um vínculo maior de

segurança e reciprocidade e sentir-se segura na presença do professor. Confirma-se então a hipótese que a construção do processo de ensino-aprendizagem da criança com NEE está diretamente ligada à relação construída entre professor/aluno por meio da afetividade. Ficou nítido nas observações o quão importante é uma construção afetiva da relação professor-aluno que no caso da ausência dessa relação desenvolve uma relação de medo e recusa da criança para com a professora.

Estamos falando de um processo complexo, mas que se acompanhado de maneira adequada e os participantes se envolverem com finalidade de alcançar a criança em seu aprendizado usando as ferramentas apropriadas como o lúdico, se conquista o objetivo maior, a verdadeira inclusão e a aprendizagem significativa da criança.

PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

Ao concluir o curso de Pedagogia pretendo aprofundar meus conhecimentos por meio de um mestrado, na área de educação especial, cujo enfoque seja a inclusão escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Almejo ainda, inicialmente, lecionar em classes de séries iniciais para que com as experiências que trouxer de sala de aula possam concretizar melhor minha teoria/prática.

Como vivemos em uma cidade cujo foco é concurso público, espero passar em um que me proporcione ao menos uma remuneração digna para ter uma vida tranquila na sociedade capitalista em que vivemos. Ressaltando que desejo trabalhar em um cargo na área de educação.

Como objetivo futuro desejo escrever um livro com uma perspectiva educacional mais positiva da inclusão a partir de uma prática consistente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AREND, Carline Schröder ; SILVA, Valmir da. **O lúdico no processo de alfabetização: proposição de estratégias em uma turma de 1º ano.**

WERNECK, Claudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva.** Rio de Janeiro:WVA,1997.

____.**Muito prazer eu existo**.Rio de janeiro:WVA,1993.

SCHWARTZMAN, José Salomão. **Síndrome de Down**. São Paulo: Mackenzie: Memnon, 1999.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SEBER, Maria da Gloria**. Piaget: O diálogo com a criança e o desenvolvimento do raciocínio.** São Paulo: Scipione, 1997.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização.** São Paulo: Cortez, 1997.

OSWALD, Maria Luiza M. B. **Infância e história: leitura e escrita como práticas narrativas.** In:

KRAMER, Sônia e LEITE, Maria Isabel (Orgs.). **Infância: fios e desafios**. Campinas, SP: 1997.

CAGLIARI, Luís Carlos. **Lingüística e alfabetização**. São Paulo: Scipione,1999.

FRANCHI, EGLÊ. **Pedagogia da alfabetização: da oralidade a escrita.** São Paulo: Cortez,1991.

VYGOTSKY, L.S. (1993) **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes.

VYGOTSKY, L. S**. A Formação Social da Mente**. São Paulo, 1998.

DIDONET, Vital. **O munícipio e a criança por uma política municipal para a criança.** Revista UNISINOS , n. 13, vol 7 jul/dez de 2003.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Educação, ludicidade e prevenção das neuroses futuras: uma proposta pedagógica a partir da Biossíntese.** In: LUCKESI, Cipriano Carlos (org.) Ludopedagogia - Ensaios 1: Educação e Ludicidade. Salvador: Gepel, 2000.

BITTENCOURT,G.R.; Ferreira M.D.M. **A Importância do Lúdico na Alfabetização.**

FORTUNA, Tânia Ramos. **Formando professores na Universidade para brincar.** In: SANTOS, Santa Marli P.dos (org.). A ludicidade como ciência. Petrópolis: Vozes, 2001, p.116.

Almeida A. **Ludicidade como Instrumento Pedagógico.**

Barros, Jussara de, Equipe Brasil Escola - Inclusão

Mantoan, Maria Teresa Eglér - Universidade Estadual de Campinas / Unicamp **Uma educação para todos.** Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI). Brasília: MEC/SEF, 1998

LDB **- Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LEI N°. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. D.O. U. de 23 de dezembro de 1996.

Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, Coordenação Geral do Ensino Fundamental. **Ensino Fundamental de Nove Anos – Orientações Gerais.** Brasília, 2004. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/noveanorienger.pdf. Acesso em 13 de novembro de 2011, 23h22min.

Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais.** Brasília: MEC/SEF, 1997

MITTLER, Peter; FERREIRA, Windyz Brazão. **Educação inclusiva: contextos sociais.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

PAULON, Simone Mainieri; FREITAS, Lia Beatriz de Lucca; PINHO, Gerson Smiech. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. “Necessidades educacionais especiais" (verbete). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - *EducaBrasil.*** São Paulo: Midiamix Editora, 2002,

ANDRÉ, E. D. A. Marli. LÜDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** 11. ed. São Paulo: E.P.U,1986.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador – introdução à pesquisa qualitativa.** São Paulo. Ed. Parábola. 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** Editora Atlas, S.A. São Paulo. 4º edição. 2009.

KISHIMOTO, Tizuko M. (org). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação.** 4ª edição. São Paulo. Cortez. 2000.

LÜDKE, Menga. ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas.** São Paulo. EPU. 1986.

MACEDO, Lino de. PETTY, Ana Lúcia Sícoli. PASSOS, Norimar Christe. **Os jogos o lúdico na aprendizagem escolar.** Porto Alegre. Artmed. 2005.

VYGOTSKY, L. S. **Obras Escogidas. Tomo 5 – Fundamentos de Defectología.** Madrid. Visor y Ministériode Educación y Ciencia, 1997.

SITES:

EDUCA BRASIL - http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=67, visitado em 30/9/2011 as 15:30.

MINISTÉRIO PÚBLICO http://www.mp.rs.gov.br/infancia/doutrina/id154.htm acessado 15/09/2011 às 22:30.

REDE SACI - http://saci.org.br/?modulo=akemi&parametro=8466 Acessado em 16/09/2011 às 14:15.

PORTAL DO MEC - http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=824&id=288&option=com_content&view=article acessado em 17/09/2011 às 21:47.

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=9990

http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf acessado em 15 /10/2011 as 01:58.

ESPAÇO ATIVO - http://www.espacoativo.com/niveisedu_eduinclusiva.php acessado em 17/09/2011 às 22:10.

BRASIL ESCOLA - http://www.brasilescola.com/educacao/inclusao-social.htm acessado em 10/09/2011 as 15:13.

PEDAGOBRASIL - http://www.pedagobrasil.com.br/educacaoespecial/ainclusaodoportador.htm acessado em 26/09/2011 as 19:54.

SCIELO - http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722006000100010&lng=pt&nrm=iso. Acessado em 26/09/2011 as 20:30.

ARTIGONAL - http://www.artigonal.com/educacao-artigos/pressupostos-da-educacao-inclusiva-1080600.html acessado em 30/09/2011 as 21:10

EDUC - http://www.educ.fc.ul.pt/icm/icm2000/icm32/nee/concepc.htm

APÊNDICE A

Instrumento de pesquisa 1 - Entrevista semi estruturada com os professores:

UnB – Faculdade de Educação
Trabalho de Conclusão de Curso
2º/2010.
Brasília, novembro de 2011.

Caro educador,

Necessito da sua contribuição em responder essas questões, com riqueza de detalhes, tendo em vista sua prática pedagógica.

Esta pesquisa esta sendo elaborada por mim, *Patricia de Oliveira Freire* da Universidade de Brasília e orientada pela professora *Carla Castelar Queiroz de Castro.* Um dos objetivos desta é identificar como os recursos lúdicos auxiliam na inclusão das crianças com NEE's, analisando a visão dos professores sobre essa temática e a sua importância no processo de aprendizagem da criança.

Esta é parte de um trabalho monográfico a ser concluído neste semestre. Existirá um exemplar deste disponível no CEDUC, localizado no prédio 1 da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília e no acervo de monografias da Biblioteca Central da Universidade de Brasília, BCE, a partir do mês de março de 2012.

O nome dos participantes da pesquisa não constará no trabalho.

A finalidade desta pesquisa é investigativa e reflexiva.

Agradeço, carinhosamente, a disposição em participar.

Atenciosamente,

Patrícia de Oliveira Freire
Aluna da Universidade de Brasília,
Orientanda da professora Carla Castelar Queiroz de Castro

Roteiro de Entrevista

Professora “C”:

Questões	Respostas
1. Formação acadêmica?	Pedagogia com especialização em Educação sexual.
2. Há quanto tempo você leciona em classes de alfabetização?	26 anos
3. Você já lecionou em outra escola?	Sim. Durante 6 anos em escola particular e depois que entrei na secretaria de educação, passei por quatro escolas e estou há 16 anos nessa escola.

Inclusão:

1.Sua escola é inclusiva?	Sim.
2. O que você entende por inclusão?	É quando as crianças que tem necessidades especiais são incluídas em salas de crianças que não possuem essas necessidades.
3. Desde quando você trabalha com a inclusão?	Essa foi a minha primeira experiência.
4.Teve outras experiências com a inclusão?	Não.
5. Você é a favor da inclusão? Por que?	Sim. Mas eu vejo que uma escola que se diz inclusiva não consegue atender a criança em todas as suas necessidades. Proporciona oportunidades de aprendizagem e socialização, mas o desenvolvimento cognitivo muitas vezes não é alcançado.
6. Qual é a NEE do aluno incluído?	Síndrome de Down.
7. Quais os desafios enfrentados por você no processo de inclusão?	Eu sinto que eu não atendi a todas as necessidades que ela tinha devido a os outros alunos que eu tinha que também tinham dificuldades de aprendizagem.
8. A criança recebe acompanhamento	Sim. O acompanhamento é realizado

na sala de recursos da escola? Você destaca resultados? Quais?	em alguns horários durante o período de aula porque a mãe não pode trazê-la no período contrário que é o proposto pela escola. Creio que isso prejudica bastante por ela perder as atividades do dia e a dinâmica da sala de aula. O certo seria ela ter acompanhamento em horário contrário para que percebesse a diferença entre os espaços e houvesse um acompanhamento mais individualizado. Apesar disso, os resultados são favoráveis porque lá as “meninas” têm alguns recursos que não estão disponíveis na minha sala de aula e um tempo maior pra se dedicar a ela, pois são poucos alunos.
9. Quais são as ajudas oferecidas pelas redes de apoio (médicos, fonoaudiólogas, psicólogas e assistentes sociais) a essa criança? Em que aspecto se destaca?	A mãe não a levava na fonoaudióloga, então ela não se comunicava comigo e com as outras crianças. Algumas palavras eu conseguia entender, isso dificultava a minha compreensão em relação ao que ela dizia e as necessidades que ela tinha.
10. A família da criança compreende sua necessidade e procura o seu desenvolvimento integral? Como?	No caso dessa aluna não tinha um acompanhamento, a família não desenvolvia as necessidades dela apesar da escola chamar varias vezes e indicar profissionais pra ela.

Ludicidade:

1.O que você entende por ludicidade?	Eu entendo como uma prática em sala de aula que você trabalha além dos livros, uma coisa mais formal, você trabalha com jogos.
2.Você utiliza atividades lúdicas na sua prática pedagógica?	Eu procuro sempre fazer cursos em oficinas pedagógicas que tem jogos de matemática e português que podem auxiliar na aprendizagem da criança trazendo isso para as minhas aulas.
3. Para você o lúdico auxilia no processo de inclusão? E na alfabetização?	Os jogos são fundamentais nas salas de alfabetização. Eles auxiliam na aprendizagem e também no processo de inclusão, pois permitem que aconteçam meios de troca entre todos

	os alunos.

Alfabetização:

1.Qual é o método utilizado no processo de alfabetização dessa criança? É diferenciado dos demais?	Não chamo de método, mas sim de uma proposta construtivista que se diferencia das outras propostas mais tradicionais, eu não trabalho família silábica, letra estanque. Pode ser que eu dê ênfase em algumas determinadas letras na semana, mas eu trabalho todas as letras do alfabeto. Agora quando uma criança tem mais dificuldade do que as outras eu lanço mão de todos os recursos que tiver, se tiver que usar família silábica eu uso e vou tentando outras coisas até atingir a criança.
2. Em sua prática pedagógica você utiliza a ludicidade para alfabetizar seus alunos? Por quê?	Rótulos, músicas, parlendas, textos instrucionais, receitas, poesias, brincadeiras, historias em quadrinhos, revistas, jornais, cantigas de roda e jogos.

Afetividade:

1.Você acha interessante que se construa uma relação afetiva com as crianças NEE's? Por quê?	Com certeza a afetividade é necessária com qualquer criança independente se ela tem necessidade especial ou não. Com minha aluna eu tentei que ela se adaptasse com a turma e a turma com ela, a turma foi muito receptiva por já conhecer da outra escola. Sempre procurei tratá-la como as outras crianças, as regras são as mesmas, lógico que dentro das limitações dela.

Professor "N":

Questões	Respostas
1. Formação acadêmica?	Nível Superior- Pedagogia
2. Há quanto tempo você leciona em	06 anos

classes de alfabetização?	
3. Você já lecionou em outra escola?	Sim. Outras 5 escolas no D.F em cargos administrativos

OBS: Tem trinta anos de carreira e pretende aposentar-se ano que vem (2012).

Inclusão:

1.Sua escola é inclusiva?	Sim.
2. O que você entende por inclusão?	Inclusão é a integração de alunos especiais ou deficientes em uma turma de alunos normais para uma melhor participação nas atividades e consequentemente melhor aprendizagem.
3. Desde quando você trabalha com a inclusão?	Há 2 anos, consecutivos com a mesma turma.
4.Teve outras experiências com a inclusão?	Não.
5. Você é a favor da inclusão? Por que?	Sim. Porque ela proporciona uma integração das crianças, uma maior conscientização das necessidades pelos demais alunos e cria situações em que as crianças ajudam nas dificuldades encontradas possibilitando uma construção de valores morais e sentimento de solidariedade.
6. Qual é a NEE do aluno incluído?	Deficiência Física – Tetraplegia e Deficiência mental.
7. Quais os desafios enfrentados por você no processo de inclusão?	Alcançar o desenvolvimento do aluno. Falta de material destinado à necessidade especifica.
8. A criança recebe acompanhamento na sala de recursos da escola? Você destaca resultados? Quais?	Sim. Ele gosta muito das atividades desenvolvidas lá, principalmente as realizadas no computador. Sinto que ele se sente mais alegre com as conquistas realizadas na sala de recursos.
9. Quais são as ajudas oferecidas pelas redes de apoio (médicos, fonoaudiólogas, psicólogas e assistentes sociais) a essa criança?	Toda semana ele tem acompanhamento no Hospital Sarah Kubitschek com profissionais de medicina. O trabalho surte ótimos

Em que aspecto se destaca?	efeitos que são visíveis na sua conduta em sala. Pra nós que acompanhamos o dia a dia é nítido o seu desenvolvimento. Faz também, uma vez na semana, um trabalho com a ecoterapia.
10. A família da criança compreende sua necessidade e procura o seu desenvolvimento integral? Como?	Sim. Suas necessidades são entendidas e os pais buscam todas as ajudas necessárias com profissionais da rede de ensino como de outros lugares (hospitais e clínicas).

Ludicidade:

1.O que você entende por ludicidade?	É uma forma de trabalhar os conteúdos de um jeito mais divertido, proporcionando uma maior integração e desenvolvendo a aprendizagem.
2.Você utiliza atividades lúdicas na sua prática pedagógica?	Sim. Utilizo de alfabetos vivos, jogos pedagógicos, jornais, revistas e outros materiais impressos, músicas, livros de historias. Todos esses materiais são importantes para desenvolver na criança o gosto pela leitura.
3. Para você o lúdico auxilia no processo de inclusão? E na alfabetização?	Com certeza. Nas atividades desenvolvidas através da ludicidade os alunos se envolvem mais, auxiliam o que tem necessidade tanto quanto ao processo de acesso, locomoção como no cognitivo.

Alfabetização:

1.Qual é o método utilizado no processo de alfabetização dessa criança? É diferenciado dos demais?	Costumo utilizar mais o método silábico por achar que nunca sairá da moda, gosto de trabalhar com esse método. Mas não limito somente a esse. Se houver necessidade, utilizo de outros métodos como o fônico e o alfabético. Com o intuito de alcançar resultados melhores. Assim, como utilizo com os demais alunos variados métodos, procuro fazer o mesmo com o aluno especial.
2. Em sua prática pedagógica você utiliza a ludicidade para alfabetizar	Procuro sempre trazer uma coisa nova para a sala de aula. Atividades

seus alunos? Por quê?	lúdicas dão trabalho, mas os resultados são satisfatórios pela euforia das descobertas.

Afetividade:

1.Você acha interessante que se construa uma relação afetiva com as crianças NEE's? Por quê?	Com certeza no desenvolver do cotidiano criamos uma relação afetiva com os alunos e a cada conquista deles nos sentimos vitoriosos também. Ele leva os acontecimentos para a família e mantemos um contato direto sobre seus avanços, de acordo com suas colocações a mãe me traz um feedback.

Entrevista com a profissional da sala de recursos

Identificação:

1. Idade: 42 anos
2. Formação acadêmica: Pedagoga há 23 anos com pós-graduação em administração escolar e cursos de especialização em necessidades educacionais escolares na área de inclusão.
3. Há quanto tempo trabalha na sala de recursos: 7 anos

Questões:

1. Como é desenvolvido o trabalho na sala de recursos?

O professor detecta alguma dificuldade e a criança passa por uma equipe especializada de apoio a aprendizagem (EEAA) ou por médicos com o CID (diagnóstico) e é encaminhada para a sala de recursos juntamente com as adaptações curriculares colocadas pelas professoras. Os trabalhos são realizados duas vezes por semana em um período de uma hora e meia. O

atendimento é feito individualmente ou em pequenos grupos. As atividades realizadas com as crianças são lúdicas e visam despertar o interesse e o desenvolvimento da psicomotricidade, desenvolvimento motor, linguagem e demais fatores envolvidos no desenvolvimento integral da criança. Temos atividades registradas também a partir das adaptações propostas pelos professores. O atendimento é no horário contrário de aula, no contra-turno.

2. Há uma relação direta com as redes de apoio?

Mesmo que pequena, temos sim uma relação com as redes de apoio. Nós temos acompanhamento com o hospital Sarah Kubistchek que acompanha e vem na escola uma vez por ano para conversar com a gente sobre o desenvolvimento do aluno e existe essa troca que torna a relação muito boa e proveitosa. Eles acompanham as crianças que tem alguma deficiência física. Já com o posto de saúde da Candangolândia, que tem psicóloga e nutricionista, temos um acompanhamento não muito direto. O que acontece é que encaminhamos as crianças para consultas e exames, mas não há uma troca entre os profissionais.

3. As famílias entendem a necessidade do acompanhamento na sala de recursos e assume como um compromisso?

Sim, nos casos gerais temos uma relação proveitosa com a família, sempre conversamos e trocamos informações preciosas para o desenvolvimento da criança. Buscamos sempre incentivar a busca por outros profissionais quando necessário. Acho imprescindível que haja essa relação de participação da família no processo.

4. Como foi o atendimento com a aluna “M”?

Não houve um atendimento completo com a “M”, pois ela não freqüentava com regularidade a sala de recursos não podendo desenvolver um trabalho seguindo uma sequência pedagógica. A encaminhamos para alguns profissionais como fonoaudióloga e a família não deu retorno quanto a isso dificultando um desenvolvimento maior dela. No final do ano achamos por bem encaminhá-la para a classe especial até que conseguisse um

desenvolvimento da linguagem e da motricidade fina.
5. E no caso do aluno “G”? O acompanho há um ano e meio e percebo grandes avanços, já houve uma melhora na linguagem, reconhece letras e números, desenvolve atividades no computador com muito entusiasmo. Considero esses avanços como parte de um processo coletivo, pois ele faz acompanhamento no hospital Sarah, desenvolve um trabalho com a ecoterapia e tem um suporte muito bom da família quanto à busca necessária ao seu desenvolvimento.

APÊNDICE B

Planejamentos

1ª Regência:

Tema: Quebrando o gelo - apresentação e socialização.

Objetivos:

Integração e aproximação do grupo de estudo;

Troca de saberes e gostos;

Sondagem do grau de alfabetização e letramento da turma;

Análise do grau de saberes necessários à inclusão que a turma desenvolve e como lidam com esse tema.

Materiais utilizados:

Crachás, barbante, cartaz com o nome dos alunos e da professora, estrelas, adesivos e gravuras infantis.

Desenvolvimento:

Rodinha de conversa;

Confecção dos crachás;

Atividades com massinha nos pratinhos.

Conversa final.

2ª Regência

Tema: Matemática
Trabalhando unidades, dezenas e centenas com material concreto.

Objetivos:

Trabalhar noção de unidade e dezena por meio do tapetinho (objeto concreto).

Estimular a assimilação da adição com a utilização do jogo.

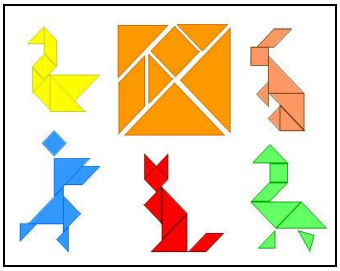
Revisar o conteúdo de formas geométricas de maneira lúdica.

Promover o raciocínio lógico por meio de desafios propostos com o tangram.

Material necessário:

Unidade e Dezena (tapetinho) → 7 tapetinhos, 4 pacotes com 100 unidades de canudos (cortados ao meio) ou 3 pacotes com 100 unidades de palitos de picolé, 1 pacote de liguinhas, 5 garrafas pet numeradas, 13 fichas para anotar a pontuação individual.

Figuras geométricas (tangram) → 1 Tangram gigante, 13 tangrans individuais, 4 imagens de figuras de tangram (para o desafio), 13 folhas A3.



Desenvolvimento:

-- Boliche com garrafas pet.

-- Jogo com tapetinho, trabalhando dezena e unidade.

–Tangram

3ª Regência

Tema: produção de texto a partir do assunto discutido - alimentação saudável.

Recursos:

Músicas relacionadas aos alimentos (Não é Proibido_ Marisa Monte; Comer, comer_ Eliana; Palavra cantada_ sopa).

Figuras de alimentos.

Pirâmide alimentar.

Cartazes para eles separarem aos alimentos mais saudáveis e os menos saudáveis.

Objetivos:

Produção de texto coletivamente usando os recursos visuais e conversa sobre o tema. Conscientizando-os da necessidade de comer bem os benefícios que a alimentação saudável trás a vida do ser humano.

Desenvolvimento:

Escutar as músicas

Discutir o tema

Organização dos cartazes através de imagens.

Cópia dos nomes dos alimentos divididos em grupos.